

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA

Eduardo Orlandi Marques

**LUGARES DE MEMÓRIA NO TEMPO PRESENTE SOBRE A DI-
TADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985) EM SANTA MARIA/RS**

Santa Maria, RS
2023

Eduardo Orlandi Marques

**LUGARES DE MEMÓRIA NO TEMPO PRESENTE SOBRE A DITADURA
CIVIL-MILITAR (1964-1985) EM SANTA MARIA/RS**

Trabalho de Conclusão de Graduação apresentado ao Curso de História – Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS, Brasil
2023

Eduardo Orlandi Marques

**LUGARES DE MEMÓRIA NO TEMPO PRESENTE SOBRE A DITADURA
CIVIL-MILITAR (1964-1985) EM SANTA MARIA/RS**

Trabalho de Conclusão de Graduação apresentado ao Curso de História – Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Aprovada em 13 de dezembro de 2023.

Diorge Alceno Konrad, Dr. (Departamento de História da UFSM)
(Presidente/Orientador)

Bruna Lima, Dra (Professora da Rede Municipal de Marcelino Ramos/RS)

Mateus da Fonseca Capssa Lima, Dr. (Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Campus
Passo Fundo)

Gláucia Vieira Ramos Konrad, Dra. (Departamento de Arquivologia da UFSM, Membro Suplente)

Santa Maria, RS
2023

Dedico a realização deste trabalho e a conclusão da graduação ao meu falecido avô materno, Luiz Orlandi. Seu legado viverá eternamente comigo, representando a busca incessante pelo conhecimento. Mesmo com nossas diferenças ideológicas, me ensinou o valor de uma boa história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, desde a conclusão da graduação em licenciatura em história até todo o processo vivido nestes 6 anos de estudo. Em especial, expresso minha gratidão aos meus pais, Mari Margarete e Paulo Adailson, que foram a base de sustentação nos momentos bons e ruins ao longo dessa jornada.

Manifesto meu reconhecimento aos professores que fizeram parte da minha trajetória como aluno, desde a creche até a Universidade, não apenas os professores de história, mas também os das diversas áreas do conhecimento. Contudo, destaco o professor Alcir, de história da Escola Estadual de Ensino Fundamental Boca do Monte, com quem tive meu primeiro contato com a matéria história na quinta série, despertando em mim o amor pela disciplina e a certeza de que gostaria de me tornar um historiador desde a oitava série.

Não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, Diorge Alceno Konrad, pelas orientações valiosas, pelo suporte intelectual, pela confiança, paciência, compreensão, debates profundos, conversas descontraídas, e por ensinar a complexificar a reflexão sobre a história. Sobretudo, agradeço o exemplo de um sujeito consciente e politicamente crítico.

Meus agradecimentos se estendem aos amigos e colegas que foram fundamentais nesse processo. Em particular, expresso minha gratidão ao "Duduzão" pelas risadas, cafés, memes e, principalmente, pela amizade indiscutível. Te amo, meu amigo.

Agradeço a amizade, incentivo e carinho dos companheiros Ana Paula Rodrigues, Bruna Martins, Gabriel Parcianello, Júlia Uminski, Jürgen Kellermann, Larissa Dias, Luiz Jacques, Mellissa Borges, Murilo Souza, Vinicius Salvatori, Yuri Batista, entre outros amigos que fizeram parte e continuarão fazendo parte da minha vida.

Expresso minha gratidão aos amigos que conheci através da plataforma *Twitch*, especialmente à Ana Carolina Guedes e Maycon da Silva Tammiss, que foram de grande ajuda nos momentos finais da realização do TCG. Ana Beatriz Vicente, Beatriz Sales, Caio César, Gabriel de Paula, Gabriel Kenji, Lisa Susan, Lury Nagano, Patrícia Gumieri, entre outros, ocupam um lugar especial no meu coração.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) pelo acolhimento, pela oportunidade de abrir portas para o novo e pelo ensino público de alto padrão.

“Quando você acha que um homem morre? Quando elas levam um tiro de pistola bem no coração? Não. Quando são vencidas por uma doença incurável? Não. Quando bebem uma sopa de cogumelos venenosos? Não! Elas morrem... Quando são esquecidas.”

— Dr. Hiriluk em seu leito de morte. (One Piece)

*[...] Tu sabe a vida da Anitta, acompanha o Léo
Dias
Segue a dica da blogueira e os site de fofoca
Não sabe quem foi Dandara, Ciata, Maria
Bonita
Então para de novela e vem pesquisar nossa
história
Pra saber que os bandeirante que deu nome a essa
avenida
É igual esses milícia que nós tem aqui agora
Matou a Marielle, matou Zumbi dos Palmares
Escravizava os índios e o povo quilombola
Meus heróis nunca viraram estátua [...]
Morreu lutando contra aqueles que viraram
(Sem Memória, DK47.)*

RESUMO

LUGARES DE MEMÓRIA NO TEMPO PRESENTE SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985) EM SANTA MARIA/RS

AUTOR: Eduardo Orlandi Marques
ORIENTADOR: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Este trabalho está inserido no campo dos estudos acerca dos lugares de memória (NORA, 1993) associados à ditadura civil-militar, história pública, memória coletiva e história social das cidades. Procura-se demonstrar, a partir do processo de nomeação dos espaços públicos de memória da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, no tempo presente, por meio de nomenclaturas ligadas à ditadura instaurada em 1964 no país, que esses nomes "homenageados" nas ruas, praças, avenidas, travessas, largos e escolas possuem uma história e memória coletiva em sua constituição. Já que os alinhamentos à ditadura civil-militar (com pessoas ou símbolos que foram oposição e resistência à ditadura) são intrínsecos em seu sentido social e político. Por fim, essas permanências de nomenclaturas referentes à ditadura são um resultado da falha no processo da "redemocratização" brasileira e da perpetuidade da história oficial da ditadura.

Palavras-chave: História da Ditadura Civil-Militar; Lugares de Memória; História Pública.

ABSTRACT

PLACES OF MEMORY IN THE PRESENT TIME ABOUT THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985) IN SANTA MARIA/RS

AUTHOR: Eduardo Orlandi Marques
ADVISOR: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

This work is inserted in the field of studies about the places of memory (NORA, 1993) associated with the civil-military dictatorship, public history, collective memory and social history of the cities. It seeks to demonstrate, from the process of naming the public spaces of memory of the city of Santa Maria, Rio Grande do Sul, in the present time, through nomenclatures linked to the dictatorship established in 1964 in the country, that these names “honored” in the streets, squares, avenues, alleys, squares and schools have a history and collective memory in their constitution. Since the alignments to the civil-military dictatorship (with people or symbols that were opposition and resistance to the dictatorship) are intrinsic in their social and political sense. Finally, these permanences of nomenclatures referring to the dictatorship are a result of the failure in the process of “redemocratization” of Brazil and the perpetuity of the official history of the dictatorship.

Keywords: History of the Civil-Military Dictatorship; Places of Memory; Public History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Município de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul.....	20
Figura 2 - Tabela dos graus de importância dos homenageados nos espaços públicos.....	51
Figura 3 - Tabela do número de vereador por partidos nos projetos de lei analisados.....	55
Figura 4 - Nomeações dos espaços públicos em Santa Maria por década.....	57

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – “Lugares de Memória” em Santa Maria/RS.....	44
QUADRO 2 – Posicionamentos quanto à ditadura dos sujeitos homenageados.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COHAB/RS	Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul
COOPFER	Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul
DCE	Diretório Central dos Estudantes
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FEUSM	Federação dos Estudantes de Santa Maria
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PP	Partido Progressista
PPR	Partido Progressista Reformador
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SFH/BNH	Sistema Financeiro Habitacional/Banco Nacional de Habitação
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM SANTA MARIA/RS.....	19
2.1. HISTÓRIA SOCIAL DE SANTA MARIA.....	19
2.2. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM SANTA MARIA.....	22
2.3. O GOLPE EM SANTA MARIA.....	24
2.4. DITADURA CIVIL-MILITAR E “REDEMOCRATIZAÇÃO”	26
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	32
3.1. LUGAR DE MEMÓRIA: CONCEITUAÇÃO.....	32
3.2. ESPAÇOS PÚBLICOS DE MEMÓRIA E DITADURA CIVIL-MILITAR.....	36
4. OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE MEMÓRIA EM SANTA MARIA/RS.....	43
4.1. ELABORAÇÕES INICIAIS.....	43
4.2. CONSTRUÇÃO.....	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	65

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “Lugares de memória no tempo presente sobre a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) em Santa Maria/RS”, têm como características principais a história pública, a memória coletiva e a história social, no qual serão analisados os espaços públicos de memória da cidade, com nomenclaturas ligadas à Ditadura instaurada em 1964 no País.

Esses nomes “homenageados” nas ruas, praças, avenidas, travessas, largos e escolas, entre outros, compreendem alinhamentos ao período, sendo elas relações de oposição ou resistência e de orientações favoráveis ou de benefícios com a Ditadura, nas mais variadas formas e instâncias.

As problemáticas do trabalho são em relação ao legado exposto a partir da história pública brasileira, uma “herança” ou “entulho ditatorial” do passado recente, dos quais, os espaços públicos, com permanências de nomes associados à Ditadura, estão inseridos e são representantes do processo falho de “redemocratização”. Por exemplo, temos a “Travessa Presidente Castelo Branco” sobre a Avenida Itaimbé, no Centro do Município, uma demonstração dessas continuidades.

Igualmente, a referência e a análise a contrapelo desses espaços, os que homenageiam pessoas que sofreram com prisões, torturas, mortes e perseguições, entre outros, e que tiveram posições contrárias à Ditadura, temos como exemplo inicial a avenida e a “Escola Básica Estadual Dr. Paulo Devanier Lauda”, que corresponde a uma tentativa de uma política pública de memória consciente.

Assim, ao decorrer da composição do presente texto, será analisada a conjuntura das nomeações, o contexto social e urbano da cidade de Santa Maria, suas especificidades históricas, quem fez a lei (qual vereador e seu partido) de nomeação, as justificativas presentes no processo da lei e quando elas ocorreram, com o objetivo, por fim, de fazer um balanço e problematizar esses “lugares de memória” (NORA, 1993) em Santa Maria, refletindo como essas conexões são percebidas no contexto atual de “guerra de memória” (PEREIRA, 2015).

Os objetivos específicos a serem tratados se dividem em três pontos; o primeiro é estudar sobre os “lugares de memória” de Santa Maria no tempo presente, a partir da bibliografia sobre a temática e que refletem essas relações, as quais contribuíram, de uma maneira ou outra, para o desenvolvimento teórico da monografia. Dessa forma, autores como Fábio Cantizani Gomes, Reginaldo Benedito Dias, Pierre Nora, Enrique Serra Padrós e Mateus Henrique de Faria Pereira, entre outros, ajudam na reflexão sobre esses locais que homenageiam pessoas

ligadas à Ditadura Civil-Militar e suas simbologias para a sociedade civil, ou seja, em como a Memória é representada e negociada no espaço urbano. Nessa perspectiva teórica, este trabalho tem como finalidade a reflexão contemporânea dessas “marcas” (PADRÓS, 2012), muitas vezes silenciadas de forma induzida a fim de abafar as resistências e as tentativas de políticas de memória, concretizadas nas nomeações de espaços públicos. Dessa forma, será possível perceber de que forma ruas como “Onofre Ilha Dornelles” e “João Bosco Penido Burnier”, em Santa Maria, expressam retratos desse processo a ser estudado, merecendo mais atenção da historiografia e das demais ciências humanas.

O segundo objetivo é analisar a relação das pessoas com a Ditadura Civil-Militar, ponderando sua participação nas esferas federal, estadual e municipal de poder, durante 1964 a 1985, ou seja, de ditadores, governadores, prefeitos, deputados, vereadores e demais poderes públicos, de pessoas da sociedade civil, organizadas ou não, em parceria com a Ditadura vigente na época. Essa análise se dará a partir de uma perspectiva de classe, já que certas pessoas e instituições privadas “prosperaram” a partir de apoios ou vantagens indiretas do e ao governo ditatorial e suas políticas. Logo, é evidente um certo tipo de alinhamento que podemos analisar, sendo que essa perspectiva não foi criticada e revisitada na esfera pública até então. Em seguida, apresentar-se-á as nomenclaturas que vão a contrapelo àquelas anteriormente citadas, de pessoas dos poderes públicos ou não, de militares ou não, que foram opositores e contrários à Ditadura e nas demais esferas sociais. Existe uma tentativa de “política pública” direta ou indireta que traz à tona essas personalidades, importantes nas mais diversas perspectivas para a luta contra a Ditadura e ao seu fim institucional, em 15 de março de 1985.

Por fim, o terceiro objetivo é de esquematizar uma reflexão crítica sobre a importância da preservação, alteração ou resignificação desses “lugares de memória”, bem como a análise das narrativas concorrentes e das diferentes visões de como a História da Ditadura é representada no espaço público no tempo presente. Portanto, nesse contexto, um estudo inicial da história social e política de Santa Maria é necessário para um maior entendimento do processo ocorrido durante o Golpe Civil-Militar e depois com a Ditadura no Município. De forma geral, delimitaremos a singularidade de Santa Maria a partir das suas características marcantes: a questão ferroviária e trabalhista; a universitária, dando ênfase à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como um importante espaço político regional, tanto na época da Ditadura como atualmente; a questão militar, com a cidade expressando um dos maiores contingentes militares do País (atualmente é o segundo maior, só perdendo para o Rio de Janeiro, porém mesmo antes do Golpe, a cidade já tinha essa força bélica presente); por último, as fortes frações da classe

burguesa, comerciantes e industriais regionais, dos quais muitos desses “homens de negócio” são homenageados nos espaços públicos.

A fundamentação para a escolha da temática de pesquisa é a atualidade e a emergência desse debate na historiografia nacional, além de suscitar essa análise inicial para Santa Maria e desbravar um campo em formação. Especialmente por que, o estudo acadêmico dos “lugares de memória”, associados à Ditadura Civil-Militar, é tenro quanto à identificação, preservação e construção destes lugares e sistematização dos dados (ANTONINI, 2017, p. 18).

A escolha da espacialidade se deve, a priori, por uma questão pessoal de instigação por conhecer as ruas da cidade em que nasci e morei por toda a minha vida, uma vez que elas são parte constituinte da nossa História, da memória individual e coletiva. Além da importância histórica-social da cidade, antes e depois do Golpe de 1964, devido às suas questões sociais, geográficas, políticas e econômicas específicas, até hoje ela possui essas características e se constitui como um interessante objeto de estudo para a historiografia e demais áreas das humanidades.

Antes do Golpe, Santa Maria possuía uma categoria ferroviária bem forte e atuante, política e socialmente, nas mais diversas ações; na cidade, também foi o local onde foi fundada a primeira universidade no interior do País, a UFSM, inaugurada em 1960 e hoje umas das mais importantes universidades da América Latina; o Município possuía uma parcela de comerciantes locais poderosos regionalmente; além de um catolicismo bem preponderante (o nome do Município já demonstra a primazia essa relação) no qual, como vai ser evidenciado com a pesquisa, muitas ruas tem sua homenagem à nomes da cultura religiosa ou vinculados à essa herança; por fim, a cidade é altamente politizada devido muito a essas esferas e forças políticas mencionadas acima e que se antagonizaram, refletindo no dinamismo das influências políticas no Município.

A temporalidade do trabalho se baseia no que Ludmila da Silva Catela pondera acerca da longa duração para tratar as análises de continuidades e discontinuidades políticas sobre as “memórias da repressão” (*apud* MERENSEN, 2003, p. 144). Mesmo a autora analisando a Argentina em sua pesquisa, podemos associar essa conceituação para com Santa Maria, uma vez que as nomenclaturas vigentes compreendem articulações com a Ditadura, durante e depois da vigência dela. Por isso, é importante analisar os processos e as leis de nomeação dos espaços públicos, a partir do Golpe de 1964 até o tempo presente, a fim de termos uma compreensão das diversas narrativas e processos de uma forma mais abrangente.

Em vista disso, as fontes utilizadas para justificar e responder as perguntas propostas pelos objetivos da pesquisa são os projetos de lei do Legislativo Municipal, dos quais foram selecionadas 95 (noventa e cinco) nomenclaturas de espaços públicos santa-marienses, desde o Golpe até o presente.

Na análise das fontes foram feitas as seguintes indagações: o nome do logradouro, detalhes do projeto de lei e ano de nomeação, a tipologia do espaço público (se trata-se de uma rua, avenida, etc.), o bairro ao qual pertence, o autor e o partido político responsáveis pela proposição da lei, a justificativa subjacente, a existência de uma lista de moradores que solicitaram a nomenclatura, a sua importância (seja em nível municipal, estadual, nacional ou internacional), sua orientação quanto à Ditadura (alinhado ou resistência), bem como quaisquer "outros detalhes" que puderam ser relevantes para a elaboração da pesquisa.

A análise desses documentos identifica as diferentes narrativas e visões sobre a Memória da Ditadura e as suas representações no espaço público. Com isso, encaminhamos para a reflexão crítica sobre a importância da preservação, alteração ou ressignificação dos “lugares de memória”, levando em consideração as diferentes perspectivas identificadas na pesquisa. Este estudo também expõe como a História da Ditadura é representada nos espaços públicos, de maneira que essas representações possam afetar a memória coletiva e as visões da sociedade atual quanto à essa temática, em razão de que a investigação desses espaços ainda é pouco consolidada nas esferas públicas e muito contestado por diversas disputas de interesses. Outrossim, no plano acadêmico (não só da historiografia), o tema envolve diferentes áreas do conhecimento das humanidades, como a da geografia, ciências sociais, direito, psicologia social, arquitetura, entre outras, mas ainda existem poucas publicações que refletem criticamente os “lugares de memória” relacionados com a Ditadura (ANTONINI, 2017, p. 28).

Com isso, portanto, a monografia se estrutura em três partes. O primeiro capítulo, após a introdução, intitula-se “História social e política da Ditadura Civil-Militar em Santa Maria/RS”, propondo a reflexão acerca da Ditadura na cidade. Inicialmente, se fará uma contextualização sobre os principais processos históricos que levaram ao Golpe e posteriormente à Ditadura, com um enfoque na história regional. Os principais autores que suscitam essa elucidação são os historiadores Diorge Alceno Konrad e Antônio Augusto Durgante Berni. Posteriormente, serão observadas as tensões e transformações sociais na cidade, o “desenvolvimento” e crescimento urbano a partir da década de 1980 e como ela se relaciona com a História da Ditadura, também pontuando as questões do espaço público e do patrimônio urbano em Santa Maria. O

capítulo divide-se em quatro subtítulos, “História social de Santa Maria” e “Memória e patrimônio em Santa Maria”, “O golpe em Santa Maria” e “Ditadura Civil-militar e “Redemocratização””.

No capítulo 3, denominado revisão bibliográfica, tem como subtítulos “Lugar de memória: conceituação” e “Espaços públicos de Memória e Ditadura Civil-Militar”, tem como diretriz produzir uma análise de como se estrutura (as negociações e representações) o espaço urbano como um “lugar de memória”, além da espacialidade física, relacionando com a Ditadura Civil-Militar e suas permanências na contemporaneidade, a partir de uma política de transição falha e poucas iniciativas de políticas públicas para mudar essa normalidade de “esquecimentos” e permanências do legado ditatorial. Em seguida, o estudo identifica as narrativas em disputa das diferentes perspectivas de como a História da Ditadura é representada no espaço público no tempo presente. Por fim, será desenvolvido o argumento da alteração, preservação ou alteração dos espaços públicos de memória.

No quarto, e último capítulo, “Os espaços públicos de memória em Santa Maria/RS, é desenvolvido a reflexão a partir das fontes analisadas. Com isso, pretende-se demonstrar e responder as hipóteses levantadas nos objetivos centrais da pesquisa. Portanto, é o estudo dos dados das fontes coletadas e seu aprofundamento com a teoria indicada, refletindo as relações existentes com o contexto histórico, além dos presentes nos documentos e na historiografia, o objetivo fundamental a ser alcançado nesta parte da monografia. O capítulo divide-se a partir dos subcapítulos “Elaborações iniciais” e “Construção”.

2. HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM SANTA MARIA/RS

A memória coletiva é produzida de diferentes formas no espaço urbano da cidade contemporânea, devido às suas materialidades e simbologias construídas nos diversos processos históricos (individuais ou coletivas) da sociedade. Assim sendo o capítulo constituirá de diferentes abordagens para tratar de como foi constituída a Cidade de Santa Maria na segunda metade do século XX, até o tempo presente. Passando por uma contextualização geoespacial, para em seguida tratar do processo histórico da ditadura civil- militar em Santa Maria relacionando as questões políticas, sociais e de patrimônio concomitantes nas diversas esferas de poder.

2.1. HISTÓRIA SOCIAL DE SANTA MARIA

Santa Maria é um importante Município, localizado no centro do estado do Rio Grande do Sul, como pode ser visto na figura 1. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2022, a cidade conta com uma população de 271.735 pessoas e detém uma extensão territorial de 1.780,194 km² (IBGE, 2022). Santa Maria possuía 121.093 habitantes em 1962. Destes, 84.128 compunham a população urbana (CAPSSA, 2013, p. 23).

Figura 1 - localização do Município de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul



Ficheiro SVG, de 716 × 691 píxeis, tamanho: 794 kB. Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:RioGrandedoSul_Municip_SantaMaria.svg&ol-did=458707175. Acesso: 04 dez. 2023.

Na segunda metade do século XX, o Município passou por diversas mudanças sociais. Como Leonardo da Rocha Botega indica em seu texto “Urbanizações e ocupações na formação da periferia de Santa Maria -RS na segunda metade do século XX”, entre 1950 e 1990, a população urbana da cidade cresceu 410% (2012, p. 75). Esse fenômeno está interligado ao processo de crescimento da cidade como a mais importante da Região Centro-Oeste do estado, do qual é resultante das mudanças internas da própria estrutura urbana da cidade (*idem*, p. 80). O Município não fugiu da lógica da “cidade do capital”, com as suas limitações e contradições em relação ao “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001)¹, dentre as quais, podemos citar, principalmente, a crise de habitação, tendo como consequência direta as “ocupações” das classes e grupos populares em terras alheias (tanto organizadas ou de forma espontânea), seja ela pública ou privada, como uma alternativa para resolução do problema habitacional em que se inserem (BOTEGA, 2012, p. 79-80).

As ocupações irregulares se tornaram uma constante no processo de urbanização. Entre 1960 e 1981, ocorreram dezessete ocupações no Município² (*idem*, p. 83). Para Botega, essas ocupações foram formas de enfrentar os problemas habitacionais, não tendo uma pauta política específica de reivindicação. Outrossim, a ocupação na Fazenda Santa Marta, em 1991, mudou esse cenário, marcado pela organização do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e pelas pautas de reivindicação de novas políticas urbano-habitacional por parte dos órgãos do Estado. (*idem*, p. 85)

Concomitante, sucederam-se projetos de políticas públicas a fim de tentar resolver a questão de moradia, destacando-se os investimentos feitos através Sistema Financeiro Habitacional/ Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH), criado em 1964, em um primeiro momento, responsável pela construção de moradias e casas populares em Santa Maria, porém, o principal órgão foi do governo do estado do Rio Grande do Sul foi através da Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul (COHAB-RS), quando concebidos 7 (sete) núcleos habitacionais na cidade, entre 1967 e 1984, além de inúmeras outras vilas e bairros na periferia do Município.

Com isso, identificamos a partir de Botega que

¹ Os conceitos de “direito à cidade” e “cidade do capital”, introduzidos por Henry Lefebvre, serão explicados e mais bem compreendidos no próximo capítulo, de revisão bibliográfica.

² Sobre as ocupações ver Pinheiro (2002).

as ocupações irregulares se constituíram, ao longo da segunda metade do século XX, uma forma de busca por parte das classes populares para a superação da exclusão imposta pela forma com que a “cidade do capital” Santa Maria foi se estruturando. Sejam elas espontâneas ou organizadas por um movimento social, deram a tônica da luta pelo “direito à cidade” (*idem*, p. 90-91).

Portanto, a sociedade santa-mariense está ancorada em uma luta antiga pela terra e moradia, e não apenas em um *marketing* classista (“cidade universitária”, “cidade cultura”, “coração do Rio Grande do Sul”, ou seja, de apagamento de uma História construída embaixo de lonas e a margem da sociedade (*idem*, 91-92).

Segundo Botega, ao decorrer do final do século XX, a estrutura econômica santa-mariense foi centrada no setor terciário (comércio e prestação de serviços), e não na indústria³. A fundação da UFSM, em 1960, contribuiu significativamente para esta definição (*idem*, p. 81). Já que, a instituição federal de ensino e a Rede Ferroviária (a qual, ao longo da década de 1980, passou por um processo de desmanche e privatização⁴) foram os dois grandes agentes dinamizadores da economia. Em vista do sistema financeiro da cidade girar, de forma majoritária, no setor terciário, a base de sustentação da mesma está ancorada no poder aquisitivo dos próprios prestadores de serviço e do poder público (civis e militares) regionais.

O crescimento urbano da cidade se devolveu em virtude da Viação Férrea, pois a sua construção e expansão (final do século XIX) promoveram a chegada de novos trabalhadores, promovendo a economia e o crescimento populacional⁵. A UFSM também cumpriu esse papel de desenvolvimento a partir da década de 1960, porém, no caso dela, o processo permanece até o tempo presente com a migração de discentes, docentes e técnicos vinculados à Instituição.

Outros agentes importantes da economia do Município e fomentadores do crescimento populacional e de expansão das áreas urbanas foram a Base Área e o Distrito Industrial, ambos implementados a partir da década de 1970 (VIERO e FIGUEIREDO, 2012, p.124-127). Além dos militares instaurados nos quarteis e espalhados pelo Município (concentrados principalmente no bairro Boi Morto), essas diversas forças de expressão dão à tona da identidade e do “orgulho” santa-mariense.

³ Sobre a industrialização e o distrito industrial de Santa Maria ver Bruna Lima (2014 e 2019).

⁴ Em relação à História da Viação Férrea, ler *Trens na memória: num longo tempo, entre trajetórias público-privadas, fatos da História Ferroviária Brasileira e Sul-Rio-Grandense*, de João Rodolpho Amaral Flôres.

⁵ A respeito desse processo, ler “A Viação Férrea e o desenvolvimento do comércio e da indústria de Santa Maria” da Maria Medianeira Padoin.

Em relação à industrialização de Santa Maria, os principais motivos para a sua limitação em relação aos demais setores econômicos, podemos delimitar a falta de recurso inicial de investimento, falta de vontade política e falha de planejamento estratégico (LIMA, 2022, p. 312). O processo de criação do Distrito Industrial, para Bruna Lima, foi concebido como resultado de uma política estratégica de um determinado período e não como resultado de uma política ou ação isolada (*idem*, p. 312), muito influenciado classes dominantes locais, já consolidadas e que viam o desenvolvimento da indústria como uma concorrência dos já estabelecidos comércios e pequenas indústrias regionais.

Em vista disso, ponderando o significativo crescimento urbano (nos âmbitos global, nacional e estadual) acentuado pelo avanço do modo de produção capitalista, Santa Maria se constituiu inserida nesse sistema, intensificado pelo falso milagre econômico. Por conseguinte, as políticas públicas apontadas anteriormente e suas respectivas falhas na solução dos problemas intrínsecos estão assim, compreendidas.

2.2. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM SANTA MARIA

O patrimônio histórico⁶ de Santa Maria é caracterizado como um lugar de conflitos e disputas simbólicas, especialmente na valorização e convivência com o que é reconhecido como bem cultural (MELO e SILVA, 2022, p. 392). Isso posto, podemos identificar que a valorização da memória, da identidade e do patrimônio da cidade estão, em sua maioria, no centro urbano. Desta forma, a compreensão pela comunidade é adquirida de forma restrita e excludente, já que os lugares excluem a periferia da opinião e das políticas públicas. Assim, a formação do núcleo urbano da cidade, no atual centro, a partir da viação férrea, na Vila Belga, nas vilas, bairros e núcleos habitacionais, construídos e formados na segunda metade do século XX, deixaram de ser considerados como um exemplo do que é valorizado, passando Santa Maria a ser vista como a cidade “Universitária”, “Cultura” ou “Coração do Rio Grande do Sul”, havendo um abismo no pertencimento e valorização de símbolos da população no que tange ao patrimônio histórico.

Para André Luis Ramos Soares, em seu artigo “Santa Maria tem patrimônio? Discussões a respeito do poder e da memória”, os patrimônios da cidade são utilizados para referendar o poder de grupos burgueses, não necessariamente econômicos, que se utilizam dos bens culturais para construir uma memória para a cidade (2010, p. 43). Por sua vez, estas manifestações de

⁶ O patrimônio histórico, segundo Rodrigues, “é uma vertente particular a ação desenvolvida pelo poder público para a instituição da memória social” (1996, p. 195, *apud*, SOARES, p. 44).

poder têm como fim, em muitas oportunidades, a manutenção ou esquecimento da Memória coletiva. Conseqüentemente, a Memória e o patrimônio estão inseridos em um território de litígio para a posse do passado ou de suas interpretações, num embate da história oficial *versus* outras histórias. Outrossim, para Soares, a partir de Rodrigues, o patrimônio se destaca em relação aos demais espaços públicos de Memória, privilegiando o reconhecimento oficial, mesmo afirmando as disputas econômicas e simbólicas. Assim, ambos os autores hierarquizam os “lugares de memória”, privilegiando uma espacialidade já consolidada na herança cultural.

Ademais, o modo de produção capitalista não foge do modo como a denominação dos espaços públicos são utilizados como uma mercadoria, visando uma percepção econômica e geração de lucro, visto que, a partir da pesquisa nos processos de leis da Câmara dos Vereadores de designação de nomenclaturas, a presença de comerciantes regionais que, durante a Ditadura, “desenvolveram” os seus negócios, torna-se interessante.

O patrimônio histórico santa-mariense é marcado pela presença nas homenagens aos “heróis nacionais” que marcaram a construção do Brasil, reforçando a importância do “Sacrifício pela Nação”, concepção essa muito utilizada na educação e na política pela Ditadura (SOARES, 2010). Essa forma de concepção de História é uma diretriz para uma construção de uma memória oficial, na qual o processo histórico é constantemente reinterpretado em função dos combates do passado e do futuro, em um movimento de enquadramento por uma determinada sociedade. Nesse sentido, a construção da imagem de um grupo depende da reconstrução de sua memória, de acordo com os interesses do presente (POLLAK, 1989). Dessa forma, a Memória é um auxiliar em processos de legitimação na busca por unidade dentro de uma sociedade (SOARES, 2010, p. 55).

Santa Maria só vai ter um patrimônio histórico associado aos “lugares de memória” apenas quando a sua sociedade tiver a conscientização dessas espacialidades em seu todo e para todos os grupos e classes sociais.

Em consonância com o exposto, podemos relacionar que o patrimônio do Município está imbuído do conflito do que é novo e moderno *versus* o velho e atrasado. As construções (Rede Ferroviária, UFSM, Base Aérea e Distrito Industrial⁷) que marcaram o crescimento de Santa Maria nas últimas décadas estão atrelados de forma intrínseca à essa dicotomia de posições em relação ao espaço público e patrimônio. As batalhas não são apenas de classes, mas

⁷ Bruna Lima discute essa dialética a partir da industrialização de Santa Maria, ver: LIMA, Bruna. Fronteiras entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria [Tese de Doutorado], 2019.

sim de projetos e de classes para construir essas Marcas com a gênese ideológica liberal ou conservadora, mas sempre visando o lucro.

2.3. O GOLPE EM SANTA MARIA

A priori, é essencial contextualizar alguns aspectos sociais e políticos da cidade de Santa Maria antes de 1964. O Município era fundamental para os golpistas, devido às suas características estratégico-militar inserido no contexto geopolítico do Prata (MACHADO, 2012, p. 31).

A cidade era conhecida pela sua tradição de luta operária, impulsionada pela presença de uma grande malha ferroviária, o que a tornava uma "trincheira trabalhista" do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No entanto, as classes dominantes locais também reproduziam discursos conservadores, enquanto a cidade abrigava um grande contingente militar e estudantes da UFSM, além de secundaristas e alunos de outras instituições de ensino superior menores. Entre os operários, havia quadros de nacionalistas getulistas e comunistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Portanto, a esfera social era bastante complexa e marcada por divisões ideológicas, algo que persiste até os dias atuais nos movimentos sociais, estudantis, sindicais, entre outros. Santa Maria era um cenário de intensa atividade política e social, com tensões e divisões ideológicas.

Na verdade, esses diferentes grupos políticos operavam de forma assíncrona e muitas vezes isolada. Conforme destacou o historiador Diorge Alceno Konrad, em seu texto "Sequelas de Santa Maria: memória do apoio e da resistência ao Golpe de 1964", prevalecia o corporativismo entre as categorias, o que resultou em uma mobilização popular limitada, contribuindo para a fraca resistência ao Golpe em 1964, tanto na cidade quanto em todo o País (KONRAD, 2006, p. 102).

É possível exemplificar o apoio ao Golpe por meio de colunas no jornal local *A Razão*, através das sessões na Câmara de Vereadores, nas homenagens públicas às Forças Armadas e nas manifestações organizadas, entre outros, pelo reitor da UFSM, José Mariano da Rocha Filho, cujos atos refletiram no apoio da cúpula da Igreja ao Golpe. Além disso, altos membros da política, do Judiciário e da economia local também demonstraram apoio ao Golpe, juntamente com a liderança da UFSM.

No âmbito acadêmico, ocorreram diversos conflitos entre aqueles que apoiavam e se opunham ao governo pós-1964. É importante mencionar o "Manifesto Universitário", publicado em 9 de abril, no qual o Centro Acadêmico e os estudantes da Faculdade de Direito criticaram

as declarações da nota oficial da Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria (FEUSM), que inicialmente se opôs ao Golpe.

Com as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE)⁸ da UFSM, em outubro de 1965, as forças mais alinhadas com a Ditadura Civil-Militar passaram a dominar as faculdades e escolas dentro da instituição (KONRAD, 2006, p. 106).

A UFSM tinha como reitor e fundador um importante aliado das classes dominantes no poder, o médico José Mariano da Rocha Filho. Na Universidade, ocorreram expurgos de professores, a presença do Serviço Nacional de Informações (SNI)⁹ no campus, através da Assessoria Especial do Serviço de Informações (AESI) e reformas educacionais.

Apesar da Instituição, em seus quadros institucionais e administrativos, terem manifestado majoritário e público apoio inicial ao Golpe, ela também se tornou um centro de resistência, com professores, servidores e estudantes envolvidos em protestos e oposição à Ditadura, haja vista que a Universidade abrigava diferentes perspectivas políticas.

O saldo do Golpe, em Santa Maria, foram prisões e cassações das principais lideranças sindicais e políticas, principalmente ligadas ao Movimento Sindical, cuja maior expressão encontrava-se na categoria dos ferroviários. Concomitante a isso, Antonio Augusto Durgante Berni destaca que houve uma tentativa de implementação (institucional e na sociedade civil) de formas de manipulação e controle que visavam expandir a todos os setores da sociedade um *ethos* de estilo militar. O historiador aponta que o maior exemplo dessa intervenção foi a sofrida pela Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (COOPFER)¹⁰, na qual, foram instauradas sindicâncias internas, com o objetivo de não apenas afastar lideranças anteriores da instituição, mas, sobretudo de responsabilizá-las criminalmente punindo-as por atos de “subversão” (2013, p. 145).

2.4. DITADURA CIVIL-MILITAR E “REDEMOCRATIZAÇÃO”

⁸ Sobre o movimento estudantil em Santa Maria e no estado do Rio Grande do Sul ler a dissertação e tese do Mateus da Fonseca Capssa Lima: “Movimento Estudantil e Ditadura Civil-Militar em Santa Maria (1964-1968)” e “A Direita Estudantil Universitária no Rio Grande do Sul: entre a democracia e a Ditadura (1961-1968)”.

⁹ Em relação às universidades e a Ditadura Civil-Militar, ler: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o Regime Militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁰ Quanto aos ferroviários e a Ditadura, ler: BERNI, Antônio Augusto D. **Fim do pragmatismo: as relações entre Estado e os ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964 a 1968)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, 2012.

A Ditadura Civil-Militar, que perdurou por 21 anos, teve como marcos cronológicos, estabelecidos na historiografia, o dia 31 de março ou o 1º de abril de 1964 e perdura até o dia 15 de março de 1985. Esses dados cronológicos são contestados dentro e fora da academia, entre os quais historiadores como Daniel Aarão Reis Filho, o qual utiliza recorte diferente ao defender que a Ditadura terminou com a descontinuidade do Ato Institucional número 5 (AI-5), em 1979 (MELO, 2012).

Enrique Serrá Padrós defende uma periodização da Ditadura na perspectiva estrutural, frente às interpretações polêmicas revisionistas da “ditadura de curta duração” e da tese da *ditabranda*, defendida pelo jornal *Folha de São Paulo*¹¹, ao ressaltar os aspectos repressivos da Ditadura Brasileira que estava longe da vivida pelos países vizinhos (PADRÓS, 2020, p. 77). Tais interpretações ignoram as crises e tensões nacionais resultantes do Terrorismo de Estado, desde o primeiro dia da Ditadura até o seu fim, pois

ignorar o caráter ditatorial do regime pós 1979 implica em desconhecer fatos pontuais da maior significação (como o fracassado atentado do Rio Centro e os diversos casos da Operação Condor ocorridos em território brasileiro). Por outro lado, registra-se a intensificação da atuação dos aparatos de inteligência contra as estruturas de organização de nascentes movimentos sociais, no início dos anos 80 (novo sindicalismo, Movimento dos Sem Terra, Comissões Eclesiais de Base, Central Única dos Trabalhadores, etc.) (*idem*, p. 78).

Diante disso, Padrós refere que, durante o extenso período da Ditadura Brasileira, em contraste regional, emergiu uma oposição diversificada que ultrapassou os limites dos movimentos sociais, das organizações armadas e do cenário cultural, apresentando até mesmo uma faceta parlamentar, uma característica única na região (*idem*, p. 76-77).

Para Diorge Alceno Konrad, a partir de Caio Navarro de Toledo, o Golpe pode ser compreendido como um golpe contra a incipiente democracia política, contra as reformas políticas sociais do governo de João Goulart; contra a politização das organizações dos trabalhadores, camponeses e estudantes e contra o rico debate cultural e intelectual que vivia o País (2020, p. 170). O historiador pondera que a luta contra a Ditadura foi marcada pelo Terrorismo de Estado¹², pelo extermínio da Luta Armada e pela morte de muitos que não partilhavam desta estratégia. As resistências contra a Ditadura de Segurança Nacional foram cruciais para o seu fim.

¹¹ “Limites a Chávez”. Editorial da Folha de S. Paulo. 17 de fev 2009. Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm> Acesso: 05 dez 2023.

¹² Em relação ao conceito de Doutrina de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado ver: PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. “Gente de menos – Nos caminhos da Abertura no Brasil (1974-1985)”. In. PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albuquerque; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória**. Vol. 4. O fim da Ditadura e o processo de redemocratização, p. 35-45.

Konrad destaca a participação dos movimentos sociais e políticos de oposição no processo de “abertura”, durante o governo do ditador João Baptista de Oliveira Figueiredo. Contudo, mesmo com as derrotas institucionais nas eleições indiretas de 1984, a Ditadura teve o seu fim depois de 21 anos de terrorismo de Estado, marcado pela resistência e pelo protagonismo dos diversos movimentos sociais e políticos, iniciado no dia primeiro de abril de 1964, intensificados a partir de 1979, mas nunca inexistente ou inexpressivo no combate (KONRAD, 2020, p. 177).

Outrossim, a partir do historiador Gilvan Veiga Dockhorn, o processo de transição da “redemocratização” de um Estado ditatorial para um democrático, pode ser delimitado por cinco eventos que delimitaram os parâmetros da transição: o projeto de Anistia, o pluripartidarismo, o controle das resistências domésticas, as eleições gerais de 1982 e a conciliação pela transição com a definição das eleições indiretas para presidente (2020, p. 23). Ou seja, enquanto Konrad privilegia a análise nos movimentos sociais (uma “história militante” ou “vista de baixo”), Dockhorn analisa a partir “do alto” das perspectivas políticas (do Legislativo, Judiciário e Executivo) e econômicas.

Não obstante, Padrós desenvolve o argumento que, referente ao processo histórico do fim da Ditadura, a partir nos anos 1980, ocorre a retomada de um processo de democratização interrompido em 1964, visto que, o Brasil passou pela Ditadura de Vargas e teve pouco tempo de uma experiência democrática (burguesa), perdurou por 19 anos, de 1945 a 1964.

Para Dockhorn (2020, p.35-36), o que elucida as campanhas para as eleições diretas e a transição seria a falta de condições institucionais para uma democracia (perspectiva do Parlamento), já que havia faces distintas correlatas no processo transitório e de criação de uma nova constituição (aumento da participação da sociedade, representando um avanço frente a rigidez da Ditadura, enquanto a preservação das estruturas conservadora do Estado era mantida).

Outro ponto importante para o autor é o protagonismo de Tancredo de Almeida Neves¹³ como o candidato de confiança do bloco dominante para as eleições indiretas de 1985, pois para os militares e políticos conservadores, ele assegurava um conjunto de garantias, inclusive o rechaço ao revanchismo, um dos maiores medos dos militares. Logo, Neves era o candidato

¹³ Sobre o processo histórico da eleição indireta de Tancredo de Almeida Neves, seu falecimento e o fim da Ditadura, ver: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro 4. O tempo da Ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX, p. 243 a 282.

que se adequava no famoso bordão criado pelo ditador Ernesto Geisel (1974-1979) e por Golbery do Couto e Silva (então ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI)) “abertura lenta, gradual e segura” (apud RESENDE, 2015)¹⁴.

A principal estratégia do governo ditatorial para salvaguardar os militares e impedir uma resposta de criminalização pelos seus atos pelos novos governos e deixar a transição “segura”, foi a implementação da Lei de Anistia¹⁵, do qual o projeto sintetizou a base da transição, ou seja, o passado era intocável. Dockhorn argumenta que a Lei de Anistia¹⁶ não serviu como uma justiça de transição, mas sim

ao não imputar culpa ou responsabilização individual por arbitrariedades, ilegalidades, mortes, torturas, estupro e desaparecimentos, a anistia se revelou um verdadeiro escudo de segurança jurídica de impunidade, injustiça e imposição de uma dada memória oficial que resultou na imposição de memórias predominantes e na hegemonia da narrativa do passado recente (2020, p. 24).

Portanto, resta a pergunta se houve realmente uma política de transição para uma democracia ou apenas uma perpetuidade de poderes em uma manutenção do *Modus operandi* do modo de produção capitalista com uma democracia burguesa falha e limitada estruturalmente compactuada com as classes dominantes econômicas, sociais e culturais?

As permanências legislativas (nomenclaturas dos espaços públicos) são um contraste dessa História com permanências, todavia a ruptura de um governo ditatorial para um democrático, mesmo burguesa, é algo a ser considerado de extrema importância para o processo histórico brasileiro.

Dockhorn pontua a relação dialética de ordenamentos no País, fruto da relação entre projeto e processo de estabilização conservadora, cuja dualidade acompanhou a Ditadura desde o seu início, em 1964, e foi até o fim, em 1985. De fato, o governo ditatorial não conseguiu equilibrar a diminuição da imprevisibilidade política, com crescimento econômico, contenção social e neutralização de crises, inclusive internas (*idem*, p. 40), em razão dos avanços e retrocessos progressistas e conservadores em suas políticas. As antíteses de flexibilização liberal

¹⁴ A respeito da lógica do dissenso na transição para a democracia e os protagonismos de Geisel e Golbery no fim da Ditadura, ver: RESENDE, Pâmela de Almeida. Da abertura lenta, gradual e segura à anistia ampla, geral e irrestrita: a lógica do dissenso na transição para a democracia. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 2, p. 36-46, 29 abr. 2015.

¹⁵ Um interessante texto acerca da Lei de Anistia é: MAIA, Tatyana do Amaral; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). **Anistia: um passado presente?** Porto Alegre. Ed. da PUC-RS, 2020.

¹⁶ Para Padrós, o sistema judiciário brasileiro persistiu na postura de negar qualquer possibilidade de revisão da Lei de Anistia, votada em tempos de Ditadura e que consagrou (e continua consagrando) uma cultura de impunidade que escandaliza aqueles que lutam pelo cumprimento das diretrizes da justiça internacional, a qual determina que os crimes de lesa humanidade sejam julgados e condenados sem atenuantes (2020, p. 92).

com a militarização dos centros decisórios do poder na estrutura do Estado, marcaram a insuficiência (insubordinação, frações dissidentes do bloco dirigente, encamparam a rejeição a elementos da Ditadura) dos ditadores e seus cúmplices, durante os 21 anos de Terrorismo de Estado, em concretizar o projeto político e econômico compatível com seus interesses. (*idem*, p. 40). Por fim, o autor considera que o processo de transição, através de estratégias de negociação, pacto e compromisso, trata menos sobre a crise da Ditadura e mais sobre a limitação da experiência democrática no País (*idem*, p. 41).

Por sua vez, Padrós explora o “anticomunismo” como elemento aglutinador dentro das Forças Armadas e dos setores conservadores da sociedade civil que apoiaram o Golpe e a Ditadura, já que, a complexidade e a diversidade dos interesses em jogo, resultaram fragilidades e disseções. Além disso, a ausência da coesão interna do governo ditatorial foi palco das tensões ideológicas de setores vinculados às oligarquias regionais, caracterizados pelas formas arcaicas de exploração da terra, com o moderno capital industrial em busca de incentivar e desenvolver o mercado interno no Brasil (2020, p. 85).

Além disso, o historiador Uruguaio contribui para uma melhor compreensão a respeito da importância do campo dos direitos humanos como espaço de resistência e de ofensiva contra a Ditadura, cujos esforços de repressão, na tentativa de silenciá-las, foi superado. Por conseguinte, o Brasil não produziu uma política de memória eficiente, do qual os julgamentos e as condenações pelos crimes de tortura, execução extrajudicial ou desaparecimento foram incipientes em comparação aos seus vizinhos, principalmente a Argentina. O tratamento dado institucionalmente às demandas sociais, derivadas das consignas de *Verdade, Memória e Justiça*, foi dado aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), nomeada em 2012, permitindo um eco social como nunca ocorrera.

Assim, a CNV, no seu Relatório Final, teve avanços no reconhecimento dos mecanismos discricionários, no uso sistemático da tortura como política de Estado contra amplos setores da sociedade e recomendou a intervenção da Justiça ante esses crimes de lesa humanidade, em sintonia com as diretrizes da legislação internacional (*idem*, p. 92).

Devido ao caráter limitado em sua concepção, a CNV só pode elaborar recomendações. Destaco que é imperativo que as Forças Armadas reconheçam suas responsabilidades nos crimes cometidos, os repressores envolvidos em violações de lesa humanidade sejam investigados e punidos, conforme a legislação internacional, agentes públicos condenados por atos de abuso indenizem as vítimas, que as comemorações do Golpe Civil-Militar de 1964 sejam proibidas, que os currículos das academias militares e policiais sejam reformulados para incluir conceitos

de democracia e direitos humanos, promovendo valores democráticos e direitos humanos na educação, e continuar buscando os corpos dos desaparecidos políticos, no sentido dado por Enrique Padrós, quando afirma que

uma avaliação inicial do Relatório da Comissão Nacional da Verdade permite apontar algumas questões que, embora possam parecer um tanto óbvias, possuem a legitimidade do primeiro esforço institucional para esclarecer, mesmo que parcialmente, parte do passado ditatorial do Brasil recente. Em primeiro lugar, as informações contidas no documento confirmam que a ditadura foi, na sua essência, repressiva, e que esta repressão foi muito mais ampla, extensa e intensa do que se afirmou durante décadas, configurando uma lógica de terrorismo de Estado. Em segundo lugar, reconhece um leque maior de alvos diretos da repressão estatal e sua política de extermínio, incorporando centenas de lideranças camponesas e milhares de indígenas, fato anteriormente tratado como nebuloso ou diluído pelas sombras da desinformação ou do encobrimento dos crimes. Em terceiro lugar, informa-se, também, com qualitativo grau de precisão, sobre a existência de uma cartografia de centros de tortura – legais ou clandestinos – espalhados por todo o país; desenha-se, assim, uma complexa estrutura que aponta para a responsabilidade do Estado e seus organismos vinculados, tanto na manutenção desses centros quanto no posterior apagamento dos registros da sua existência ou das atividades ilegais ali realizadas. Em quarto lugar, contribui, em termos de informação, com a abertura para o tema da colaboração e participação dos civis nos diversos espaços de poder extrapolando a dimensão repressiva e incorporando o colaboracionismo, o financiamento, as associações lucrativas, o suporte filosófico e doutrinário, as formas de envolvimento das corporações midiáticas, a atuação dos circuitos diplomáticos, etc. Introduce, inclusive, a participação de setores empresariais e suas entidades de classe no processo que leva à deflagração do golpe de Estado, quanto à consolidação e manutenção da ditadura. Implica, evidentemente, a questão do financiamento da conspiração e a obtenção de benefícios com a implantação do regime de exceção. Em quinto lugar, a partir da evidente falta de colaboração das Forças Armadas com os trabalhos da CNV, se confirma a persistência da grave situação que implica a existência de uma instituição que reafirma uma conduta antidemocrática ao omitir informação e negar sua participação na perpetração de crimes de lesa humanidade. Finalmente, corrobora-se, também, não só a participação da ditadura brasileira nos esquemas de conexão repressiva, como o fato de que a mesma teve iniciativa própria no estabelecimento de bases para o funcionamento dos esquemas de coordenação transfronteiriça dos quais a Operação Condor foi a mais sofisticada. Por fim, ressaltasse, sobretudo, o posicionamento firme sobre a necessidade de punir os culpáveis pelos crimes de lesa humanidade, rejeitando a premissa de que a Lei de Anistia protege os agentes do terrorismo de Estado. Igualmente, deve-se salientar uma recomendação fundamental: a modificação dos currículos escolares das academias militares e a especial sugestão de que o ensino dos colégios militares deve estar sob a alçada do Ministério da Educação e não sob supervisão direta e exclusiva dos mandos militares, como uma bolha impermeável às diretrizes constitucionais mais gerais. Junto com isso há recomendações variadas visando medidas de reparação das vítimas. Em parte, isso já está ocorrendo, o que não invalida o impacto político e psicológico da proposição (*idem*, p. 92-95).

Por fim, Padrós pondera que

um passo importante foi dado e o Relatório da CNV constitui um instrumento para prosseguir na luta contra os crimes cometidos pela ditadura, contra o esquecimento induzido e pela reafirmação da exigência de que a Justiça não se pode furtar a cumprir um papel fundamental no processo contínuo de reforçar a democracia (*idem*, p. 94).

Portanto, a partir das referências e recomendações da CNV, a pesquisa se ampara para realizar uma cartografia inicial dos espaços públicos de Memória de Santa Maria, incluindo as contribuições metodológicas e teóricas do Relatório, como a participação e colaboração de civis com a Ditadura, incluindo empresários e industriais. Porém, ainda existe muito trabalho para ser feito a fim de honrar aqueles que tiveram suas vidas interrompidas pelo Terrorismo de Estado da Ditadura de Segurança Nacional, ou seja, uma política de memória eficaz no Brasil é algo a ser vislumbrado ainda. Essa reflexão perpassa inicialmente por uma revisão da bibliografia especializada do tema, pois é essencial conhecer antes de construir algo.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção, pretendemos realizar uma revisão bibliográfica acerca das pesquisas relacionadas à temática dos “Lugares de Memória” (NORA, 1993) e assim expandir essa conceituação a partir de outros autores das humanidades. Por último uma discussão dos espaços públicos frente ao processo da “democratização” brasileira, às ressignificações das nomenclaturas dessas “Marcas” (PADRÓS, 2012) e refletindo as relações com o tempo presente, em uma conjuntura de “Guerra de Memória” (PEREIRA, 2015).

3.1. LUGAR DE MEMÓRIA: CONCEITUAÇÃO

O presente trabalho conta com uma bibliografia que reflete, inicialmente, acerca da Memória e da História das cidades, em especial sobre a problematização dos espaços públicos na contemporaneidade.

O conceito central da pesquisa é “lugar de memória”, concebido inicialmente pelo historiador francês Pierre Nora, em seu texto *Entre História e Memória: a problemática dos lugares*, publicada no Brasil em 1993, no qual ele concebe esse conceito como um ponto de referência que encapsula aspectos significativos da identidade cultural, histórica e social de uma comunidade (material, simbólico e funcional). Essa noção está ligada à compreensão de que a Memória é seletiva e que a sociedade escolhe (de forma ativa) conscientemente certos eventos, símbolos e locais físicos para preservar e transmitir a memória coletiva às gerações futuras. A partir disso, Nora destaca a importância de examinar não apenas os fatos históricos em si, mas também a maneira como esses fatos são interpretados, representados e transmitidos ao longo do tempo. Para o historiador:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou. (1993, p. 21-22).

A partir da amplitude do conceito de “lugares de memória”, elaborado por Nora, ele foi amplamente utilizado e difundido em diversos contextos, como em discursos políticos e argumentos turísticos, desviando o sentido que permeou originalmente (ANTONINI, p. 22). Essas diversas perspectivas e interpretações estão difundidas nas diversas áreas das ciências humanas e sociais. Nora, em um artigo posterior as publicações dos volumes (*Les lieux de mémoire*) originais da elaboração do conceito, realizou um balanço do seu trabalho, ponderando o sentido empírico presente no conceito e suas reverberações em diferentes perspectivas e adaptações em outros países¹⁷ (ANTONINI, p. 22).

Nora é uma referência para os estudos de memória e espaços públicos, isso é muito bem observado a partir das diversas produções da literatura específica sobre a temática¹⁸. Em sua proposta inicial, Nora tratou da identidade nacional francesa, relacionando com a Revolução Francesa. Por isso, o autor não tratou, em seus estudos, sobre a memória traumática ou lugares de resistência, mas os estudos atuais extrapolam e superam essas limitações para abordar temáticas relacionados aos direitos humanos e governos que os violam, especialmente na América Latina, a qual, na segunda metade do século XX, passou por diversas experiências ditatoriais e de violações dos direitos humanos¹⁹.

Podemos fazer um paralelo, a partir de Nora, com o que a historiadora brasileira Maria Sylvia Bresciani trabalha em seu texto "História e historiografia das cidades, um percurso", quando ela trata sobre a importância dos espaços urbanos, em que eles podem se tornar símbolos e repositórios da memória coletiva de uma sociedade, no qual a Memória e a História estão presentes na “relação entre experiência visual, o saber culto e a valorização de parte da cultura material da cidade [...] preservação e constituição de uma memória imagética, uma História

¹⁷ Texto original: NORA, Pierre. *La aventura de Les lieux de mémoire*, en Ayer, no. 32. Cf. NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tânia Y. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 2012, p. 17-34. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 14 ago. 2023, p. 17-34.

¹⁸ Um interessante texto a respeito de Pierre Nora e suas contribuições para a historiografia é: GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o Tempo Presente: Entre a Memória e o Patrimônio Cultural. *Historiæ*, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 27-46, jan./2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3260>. Acesso em: 28 ago. 2023.

¹⁹ A respeito das ditaduras na América Latina ler: CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVA, Diego Omar da (Eds). **À sombra das ditaduras**: (Brasil e América Latina). Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. Também, a respeito das ditaduras no Cone-Sul, um dos maiores expoentes em relação a esse estudo foi o historiador uruguaio Enrique Serra Padrós, na qual ele escreveu diversos textos sobre a temática, mas recomendo o texto introdutório: PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História & Luta de Classes**, v. 4, p. 43-49, 2007.

expressa em pedra, tijolos, ferro, vidro...” (1998, p. 257). Dessa forma, a autora expressa, basicamente, a materialidade da cidade e sua relação com a Memória e as narrativas históricas no espaço urbano, priorizando a experiência do ser com o seu entorno.

Nora e Bresciani têm singularidades e convergências em suas obras, a priori pelo contexto e local de estudos, o primeiro estuda a França e a outra o Brasil, ou seja, lugares distintos, mas com semelhanças analíticas. Ambos os autores estão interessados na memória e na identidade, Nora trata de como locais se tornam símbolos de memória coletiva, enquanto Bresciani, por sua vez, trata da relação de Memória, História e espaço urbano. Eles também convergem sobre a construção da História e como ela é narrada, Nora explora a ideia de como a história oficial é moldada e como a memória coletiva se desenvolve por meio de práticas sociais e culturais, enquanto Bresciani trabalha a questão da materialização e da incorporação da História nas cidades. Os dois autores tratam a relação que o passado e presente dispõe nas sociedades contemporâneas e suas vinculações com a Memória. Também, o foco na espacialidade é uma temática em comum, já que eles reconhecem a importância da mesma na formação da memória e da identidade, Nora enfatiza os lugares físicos como pontos de ancoragem para a Memória, Bresciani traz a noção de como o espaço urbano é transformado pela História, sendo que os lugares desempenham um papel na experiência das pessoas na cidade. Por fim, ambos trabalham com a interdisciplinaridade, pois utilizam em seus trabalhos áreas como a antropologia, a sociologia, a geografia e a arquitetura para ajudarem a desenvolver um pensamento historiográfico mais completo e rico.

Enquanto Nora e Bresciani discutem esse “lugar de memória”, Henri Lefebvre em seu livro *La Production de l'Espace* (A Produção do Espaço) apresenta para nós a relação entre espaço, sociedade e política, no qual ele critica as formas pelos quais o espaço é moldado, vivenciado e politicamente influenciado (2006, p. 17). O autor trata sobre as questões de apropriação de locais a partir do poder e a dominação por diferentes grupos, a partir de processos econômicos, sociais e políticos, no qual o espaço físico é um reflexo das dinâmicas culturais e políticas. Ele também discorre sobre o “direito à cidade” em que ela é um espaço de construção ativa, democrática e de transformação de todos os seus habitantes. Essa noção tem aproximação com o que a Bresciani e Nora trabalham, pois ambos os autores discutem essa reflexão crítica sobre o espaço urbano e suas ligações com diferentes atores, tanto sociais, políticos e econômicos, quanto de narrativas históricas e de memória coletiva presente nesses espaços de memória e de materialidade, num lugar social e político complexo.

Logo, os lugares sociais, dentro da espacialidade urbana, são um palco de inúmeros conflitos e reivindicações, sendo que, devido às manutenções de poderes da burguesia regional, o patrimônio público das cidades é um reflexo dessa dominação estrutural manifestada no embate entre a história oficial e as diversas outras formas de compreender e tratar a História e a memória coletiva.

Outro conceito importante de Lefebvre que se relaciona com o de “direito à cidade” é o de “cidade do capital” (2001), no qual o termo é construído para tratar das reproduções do capital como a única finalidade dos serviços urbanos. Portanto Santa Maria, a cidade do presente estudo, é constituída como um local que não escapa dessa normativa, por ser tratar de uma cidade dentro do modo de produção capitalista e globalizante internacional. A “cidade do capital” é falha em sua constituição, pois a sua “deficiência” é necessária da lógica dentro do desenvolvimento capitalista (*apud* CASTELLS, 1980, p. 20). Com isso, a realidade da espacialidade urbana é marcada pelas características próprias do modo de produção capitalista, com marcantes traços de fragmentação e hierarquização.²⁰

Ademais, podemos incorporar a noção de como a Memória é moldada e expressa nas sociedades a partir do livro *How Societies Remember*, do sociólogo e antropólogo britânico Paul Connerton, no qual ele explora as formas como as sociedades preservam e comunicam memórias coletivas, especialmente por meio de rituais e práticas culturais. Ele exprime que a Memória é uma prática social enraizada e não apenas um processo cognitivo individual, Connerton elabora o conceito de “corpos sociais” para desenvolver a maneira como as sociedades mantêm e transmitem memórias por meio de ações corporais, gestos e rituais (CONNERTON, 1990, p. 73-74). Além disso, outro conceito explorado é o de “habitação”, no qual o sociólogo trata da repetição de rituais e práticas que, ao longo do tempo, levam a uma incorporação das memórias no corpo, tornando essas práticas cada vez mais automáticas e habituais. Isso cria um vínculo entre as gerações passadas e presentes, uma vez que as ações e os gestos se tornam uma continuação das práticas ancestrais.

Podemos relacionar esse trabalho do Connerton, a partir da maneira de como as sociedades vão interpretar e incorporar essa memória coletiva presente nos espaços públicos, visto que, como visto por Nora, Bresciani e Lefebvre, de forma indireta ou direta, o sujeito é imbuído de forma política, social, econômica e cultural por essa “herança viva” do passado e do presente. Nesse sentido, o cidadão não está fora dessa esfera de influência da memória coletiva e narrativa

²⁰ Para um debate mais aprofundado dessas relações ler Henry Lefebvre: “A Revolução Urbana, Espaço e Política” (2008) e “O Direito à Cidade” (2009).

histórica presente nos espaços públicos da sua cidade ou de sua rua. Por isso, é importante ter a noção de que o indivíduo não é um ser alienado ou neutro dentro do contexto de disputas e tensões em volta das suas relações com o espaço.

Marc Bloch, importante historiador francês da primeira geração da Escola dos Annales, já exprimiu em seu livro *Apologia da História ou o ofício de historiador*, publicado originalmente na França, em 1929, que a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita, pois tudo o que os seres humanos dizem ou escrevem, tudo o que fabricam, tudo o que tocam pode e deve informar sobre ele (2001, p. 79). Portanto, essa maneira de ver o cidadão como um importante sujeito nos jogos políticos e sociais é algo que, na historiografia, é parte fundamental para a nossa ciência, porém nos espaços públicos, em muitas oportunidades, essa percepção não é compreendida, resultando em compreensões que não valorizam as heranças relacionadas aos corpos sociais e de habitação em seus cotidianos. Os esquecimentos dessas práticas resultam na consolidação das hierarquizações e fragmentações na “cidade do capital” e na perpetuidade da falta de acesso ao direito à cidade diante do poderio das classes dominantes.

No presente trabalho, a hipótese teórica de interpretação dos espaços públicos de Santa Maria (suas ruas, escolas, avenidas, praças e demais espaços) é de que os mesmos representam um “lugar de memória”, no qual podemos visualizar esses debates e apropriações por partes dos diferentes grupos sociais presentes na sociedade santa-mariense. É necessário perguntar quem nomeou o viaduto “Presidente Castelo Branco” sobre a Avenida Itaimbé, no Centro, ou a praça “Marechal Osvaldo Ferreira Alves”, na Vila Nonoai, com essas nomenclaturas e por quê? Quais intenções estão por trás destas indicações? Em que grupo social e político esses vereadores estavam vinculados? São esses questionamentos que geram o debate do trabalho, pois essas ruas não são apenas um espaço de trânsito, mas sim espaços simbólicos, funcionais e materiais de Memória da Ditadura Civil-Militar, ainda presentes em nosso cotidiano. Essa memória coletiva representada por esses espaços urbanos representam uma política de transição falha da redemocratização brasileira, além de uma manutenção de história oficial da Ditadura.

3.2. ESPAÇOS PÚBLICOS DE MEMÓRIA E DITADURA CIVIL-MILITAR

Os espaços públicos de memória, como categorizado anteriormente, expressam um conceito importante e difundido nas mais diversas literaturas especializadas. Outrossim, para tratar das relações com a Ditadura Civil-Militar Brasileira e suas conexões podemos identificar a

construção do campo a fim de tentar responder às simetrias com as memórias traumáticas e de violações dos direitos humanos.

Assim sendo, podemos observar, no trabalho de Reginaldo Benedito Dias "Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da Ditadura Militar Brasileira", que as formas de resistência política e de manifestações públicas de memória, em relação às ruas que homenageiam vítimas da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985), constituem-se como prática de contrapartida do já estabelecido *modus operandi* das políticas públicas. Não obstante, nomear os espaços urbanos em homenagem às vítimas se tornou um ato político e simbólico, já que essas nomeações contribuem para a construção de uma memória coletiva que vão em contrapelo à uma história oficial e difundida na sociedade brasileira.

Com isso, Dias demonstra como esses logradouros públicos são formas de resistência simbólica e de afirmação de uma memória histórica alternativa que leva em conta as violações dos direitos humanos e da falta de justiça durante a Ditadura, do qual a luta por uma justiça e verdade histórica, por meio de uma expressão política e de construção de memória crítica, são características basilares desses "lugares de memória".

Por conseguinte, podemos interpretar que os espaços públicos de Santa Maria, com nomes vinculados à Ditadura, ao mesmo tempo, carregam esse poder simbólico de resistência e de afirmação de uma memória coletiva e histórica alternativa, como Dias expõe, mas também tem uma carga de perpetuidade da Memória vigente da Ditadura. Esse contraste é a chave para compreender a importância do estudo em uma cidade com características tão complexa.

Um importante destaque para compreender a atual problemática dos "lugares de memória", vinculados à Ditadura, é recuperar o debate acerca do final da Ditadura e o início do sistema democrático brasileiro, ponderando uma perspectiva de análise vista de baixo, e não apenas em uma perspectiva "vista por cima" ou pelos processos políticos e econômicos.

Em relação à justiça de transição para um governo democrático, Fábio Cantizani Gomes, no seu artigo "Direito à Memória e à Verdade e a alteração de nomes de logradouros públicos que homenageiam representantes da Ditadura Militar", aborda a questão da alteração de nomes de logradouros públicos que homenageiam representantes da Ditadura Civil-Militar no Brasil, explorando o contexto legal, ético e histórico dessas mudanças. Seu argumento, a partir do conceito de "Direito à Memória e à Verdade", é de que sociedade tem o direito de saber sobre eventos históricos que envolvem violações dos direitos humanos. Com isso, ele discute como a alteração das nomenclaturas de logradouros públicos pode ser uma maneira de promover uma

justiça de transição e garantir que a memória coletiva seja mais precisa e alinhada aos valores democráticos.

A partir de Gomes, podemos identificar como é necessária a implementação de políticas no tempo presente para realmente existir um processo de transição democrática de forma geral. As pessoas que moram na rua “Carlos Lacerda”, titulada em 2005, ou que passam pelo viaduto “Presidente Costa e Silva”, denominada em 1981, em Santa Maria, têm consciência e saberiam criticar o porquê desses espaços públicos serem assim intitulados e quem foram essas pessoas?

Para Enrique Serra Padrós, em seu artigo “Ditadura brasileira: verdade, memória... e justiça?”, o esclarecimento dos acontecimentos é vital como ação a contrapelo em relação aos objetivos da Ditadura, que seria “a desconexão entre as gerações que viveram sob o cotidiano dos “regimes autoritários”²¹, e as que vieram depois”. Essa estratégia tem como resultado

A ausência de “políticas de memória”, da aplicação deliberada de “políticas de esquecimento”, ou seja, a proposição de ações de “esquecimento induzido”: sonegação de informação; difusão de informações ambíguas; imprecisão conceitual; relativização da violência irradiada contra a população; apagamento das responsabilidades pelos crimes estatais; e a reafirmação de justificativas como a teoria dos dois demônios, ou da tese da ditabranda” (2012. p. 69-70).

Portanto, a nossa sociedade, em partes, no tempo presente, sofre as consequências dessa “política de esquecimento”, mesmo estando em uma cidade “inundada” pelos “lugares de memória”. Santa Maria, por sua vez, não tem muitos trabalhos refletindo criticamente os espaços públicos e suas relações com a memória coletiva, no qual a sociedade escolheu de forma intuitiva a “esquecer” certos símbolos e eventos de sua História. Como desdobramento, se não fosse por esse “esquecimento”, ou simplesmente uma “memória seletiva” da sociedade, a gente não teria nomes de ditadores ou de pessoas vinculadas à Ditadura nos âmbitos municipal, estadual e nacional (militares ou membros da sociedade civil, organizados ou não) como “homenageados” em nossos espaços públicos²². Outrossim, a realidade é muito mais complexa e demonstra que existem iniciativas de realizar uma justiça de transição e de não esquecer nossa História,

²¹ Um interessante artigo para tratar da historiografia e utilização dos conceitos é: KONRAD, Diorge Alcenio; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. Ditadura Civil-Militar e Historiografia: repressão e resistência. In. PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **Cone Sul em tempos de Ditadura**. Reflexões e debates sobre e História Recente. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013, p. 49 a 81; outra dica é: KONRAD, Diorge Alcenio. Resistência e “Distensão”: a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1979). In: DOCKHORN, Gilvan Odival Veiga; NUNES, João Paulo Avelãs; KONRAD, Diorge Alcenio (Orgs.). **Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia**. Coimbra/Santa Maria, RS: Editora da Universidade de Coimbra/Editora da UFSM, 2020, p. 169-178.

²² Em alguns casos trata-se de homenagens conscientes, de concordância política e ideológica (não possuímos as informações a partir das fontes em relação às “reais” justificativas por trás das nomeações. O conhecimento não garante, necessariamente, a vitória progressista nas guerras de memória. Porém, Políticas de Memória e educação são fundamentais.

pois Santa Maria também têm espaços públicos como a avenida “Paulo Lauda” nomeada em 1987, no bairro Tancredo Neves, ou a rua “João Bosco Penido Burnier”, no bairro Camobi, nomeada em 1985.

Dentro dessa conjuntura, contextualizamos o conceito “guerra de memória”, conceito basilar tratado no artigo “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”, de Mateus Henrique de Faria Pereira. O historiador argumenta que, durante o período de 2012 a 2014, houve uma mobilização por parte da "nova direita" brasileira para reavaliar o período da Ditadura Civil-Militar, buscando reinterpretá-lo de maneira mais positiva. Essa "nova direita" defendia uma visão revisionista da História, questionando a extensão das violações de direitos humanos e sugerindo que a Ditadura era necessária para combater “ameaças comunistas”. Essas disputas de memória resultaram em conflitos políticos e ideológicos no Brasil, constituindo uma “guerra de memória” na conjuntura atual.

O estudo sugere que a disputa em torno da memória política no Brasil, durante o período de atividade da Comissão da Verdade, refletiu as divisões ideológicas e políticas presentes na sociedade brasileira. A "nova direita" desempenhou um papel significativo na promoção de uma narrativa revisionista da Ditadura, enquanto grupos de direitos humanos e movimentos de esquerda buscaram manter a Memória das violações de direitos humanos vividas na consciência pública. Pereira, amplia em nosso contexto brasileiro a proposta do Pierre Vidal Naquet (1994) de *Assassinos de memória*, indagando e refletindo quem são eles, se são produtos ou produtores? Soma-se a isso a pergunta sobre o que significa pensar essas premissas sem uma oposição entre ou ruptura entre “memória e esquecimento, entre passado e presente, entre objetividade e subjetividade, entre história e memória?” (2015, p. 865). O autor exprime as suas hipóteses para essa questão dos nossos “assassinos de memória”, contudo, só iremos nos limitar à primeira, “impunidade” (permanência da Lei de Anistia e a ausência de Justiça de Transição), do qual podemos fazer um paralelo com o que Enrique Serra Padrós refletiu acerca desses conceitos no tempo presente com a Ditadura Civil-Militar. O historiador critica a falta de impunidade, a violência estatal e a democracia incompleta como aspectos essenciais para entender a problematização da “luta da verdade”, que se desenrola a partir da dimensão histórica, política, pedagógica, ética e a social.

A História trata da importância de avaliar até que ponto uma sociedade é condescendente com práticas repressivas inadmissíveis e o resgate dos registros de crimes estatais além

dos limites legais e toleráveis pela sociedade, além do papel da justiça e os seus limites negociáveis; o resgate, a análise e a elaboração de narrativas para uma conscientização e posicionamento da população. A dimensão política seria um aprofundamento de

uma percepção cidadã sobre o papel das instituições, dos protagonistas sociais e os limites da tolerância política, ou seja, implica na possibilidade de qualificar a consciência cidadã existente, e reafirmar os valores essenciais da democracia, da ética e da participação política dos agentes sociais na realidade em que estão inseridos (*idem*, p. 69).

A dimensão pedagógica se expressa a partir do encontro geracional, sendo que ela não pode estar dissociada de “políticas de memória”, no qual esse elo geracional, a partir dos jovens, evita a ignorância a respeito dos escabrosos acontecimentos pretéritos e das lutas implementadas contra a ditadura, além de possibilitarem o desenvolvimento de mecanismos de prevenção de eventuais reversões autoritárias (*idem*, p. 70).

A dimensão ética destaca, principalmente, o direito dos cidadãos em manifestar limites de violência estatal e o uso de violência pelas forças de segurança, implicando garantir à sociedade o debate sobre limites aceitáveis no acordo societário, além de sinalizar às gerações futuras os limites socialmente suportáveis (*idem*, p. 70-71).

A dimensão social expõe a presença contemporânea de manifestações autoritárias que se projetam como uma herança, enquanto a impunidade ainda presente enfatiza a persistência de esforços para criminalizar movimentos sociais e para ocultar as responsabilidades de estruturas político-partidárias, empresariais e midiáticas durante a Ditadura e hoje em dia, em que ainda tentativa de mascarar biografias. Com isso, o “DNA” dessas estruturas buscam esconder suas responsabilidades no passado para se apresentarem como defensores da liberdade e democracia. Por fim, indica uma linha de continuidade entre o passado e o presente, destacando a necessidade de confrontar e superar as manifestações autoritárias ainda presentes na sociedade contemporânea (*idem*, p. 71).

A partir, dessa base teórica, apresentada por Padrós, principalmente, o trabalho se estrutura em uma crítica dessas continuidades históricas, políticas, pedagógicas, éticas e sociais ainda presentes na sociedade santa-mariense, sendo uma parte de um todo, identificadas a partir das relações que fazemos com os espaços públicos de memória e a memória coletiva nela presente.

A historiadora Caroline Silveira Bauer, no artigo “Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico?”, debate a relação da História com os diversos revisionismos no

tempo presente, com um foco em especial na história pública, um campo em formação no Brasil, do qual tem muito o que fornece para os combates aos negacionistas. A presente pesquisa se insere nesse campo de estudo. A autora contribui na conceituação dos negacionistas no Brasil Contemporâneo, descrevendo que essas narrativas são indícios do “autoritarismo” e da cultura da impunidade, trazendo consigo a continuidade das práticas de silenciamento empregadas pela Ditadura, a qual procurou controlar, a partir do que seria conhecido, a escrita da História do passado. (2018, p. 199).

Bauer converge com diversos autores tratados anteriormente, mas cito principalmente os trabalhos do Mateus Pereira, Reginaldo Dias, Fábio Gomes, João Paulo França e Enrique Padrós, entre outros, no qual eles conversam em um ponto interessante, a respeito da história oficial, no qual é essencial o caráter pedagógico de conscientização e combate aos “entulhos ditatoriais”. Como escreveu Padrós, na educação e cultura pública, o estudo dessas permanências da Ditadura em nossos espaços públicos é essencial nesse processo de não deixar as futuras gerações à mercê da “história oficial” da Ditadura. A antropóloga Ludmila da Silva Catela observa as fórmulas, estratégias e ressignificações vinculadas ao modo de conceber tanto a ação quanto os sentidos da recordação (*apud* MERENSON, 2003, p. 143).

Nesse sentido, abre-se o debate sobre a retirada, a permanência ou um terceiro caminho de conscientização sobre as placas associadas a pessoas que tiveram alinhamentos com a Ditadura Civil-militar. Esse debate nas esferas públicas das cidades do País é enorme. Padrós nos ajuda a entender como podemos ressignificar essas permanências de recordação de um passado recente, ponderando as “políticas de memórias” como uma peça fundamental para qualificar a democracia, pois as demandas historicamente acumuladas do Estado ditatorial (os espaços públicos, nesse caso) são visíveis e, muitas vezes, uma “casca vazia” de consciência de justiça. O autor pondera o resgate do passado, no sentido de repensar e ressignificar o presente, a partir de uma questão simples de como condenar o uso atual da tortura em alguma delegacia de polícia, quando se mantém a impunidade de políticas repressivas de Estado, que marcaram a História recente e que foram baseadas no sequestro, na tortura e no desaparecimento de seres humanos? (2012, p. 72-73).

A partir de políticas públicas de memória, poderemos superar uma transição democrática que reforçou e consolidou a “imunidade da impunidade” (*idem*, p. 73). Catela reflete em paralelo o caso argentino, mas podemos utilizar suas interpretações para o Brasil, pois os “lugares simbólicos” que refletem as correspondências e as ações das forças dos capitais políticos

e culturais que observam a cada geração (e classe social) dão um sentido particular de interpretação das impunidades ainda no horizonte, marcadas por silêncios, pactos de posicionamento de ordem moral e ética, sendo que, apenas um estudo das “memórias da repressão” possibilitam pensar uma longa duração do cultural, capaz de captar as continuidades e descontinuidades políticas (justificativa do recorte temporal).

Portanto, só vai ser a partir da dimensão pedagógica e das políticas públicas de memória que podemos reinterpretar as nomeações com alinhamentos com a Ditadura, sempre ponderando as especificidades conjunturais individuais de cada uma, pois só a retirada, por exemplo, da placa do Carlos Lacerda, de uma rua em Santa Maria, não vai surtir efeito na interpretação da comunidade e nos moradores do logradouro, de quem foi essa pessoa e qual o papel que era exerceu na História Política do País, sendo um dos grandes articuladores do Golpe de 1964, na época governador da Guanabara (atual estado do Rio de Janeiro), um importante estado brasileiro e antigo Distrito Federal da República. Em última instância, Padrós reflete os “espaços de memória” ou “marcas” no sentido de evitar a sacralização de uma história e memória oficial, pois

é necessário compreender que se não ocorrer um trabalho sistemático de sensibilização junto às novas gerações, nada garante de que o sentido pretendido do lugar destacado naufrague não só por novas interpretações ou ressignificações, algo possível e até certo ponto, saudável, mas o mais grave sempre será a possibilidade de manifestação de indiferença ou de desconhecimento das futuras gerações (2012, p. 75).

Em resumo, não podemos deixar os silêncios induzidos serem o suficiente para abafar as resistências e tentativas de políticas de memória, concretizadas nas nomeações de espaços públicos, como as já mencionadas, avenida “Paulo Lauda” e a rua “João Bosco Penido Burnier” em Santa Maria. Por isso, é importante estudar essas nomenclaturas mais a fundo e elaborar um quadro analítico dessas nomenclaturas em sincronia com as demais heranças da ditadura. Como Padrós encerra seu texto: Ni olvido ni perdón. Justicia! Assim de simples. (*idem*, p. 83).

4. OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE MEMÓRIA EM SANTA MARIA/RS

No último capítulo do presente trabalho pretendemos elaborar apontamentos de uma reflexão inicial acerca dos Lugares de Memória na cidade de Santa Maria. No qual, as fontes utilizadas para construir essa reflexão são os processos lei de nomeação de Espaços Públicos da cidade. A partir desse material, temos como proposta teórica analisar as singularidades e significados a partir da concepção de perpetuidade da História Oficial da Ditadura devido à uma falha no processo de “Redemocratização” brasileiro.

4.1. ELABORAÇÕES INICIAIS

Santa Maria não possui espaços públicos com nomenclaturas de sujeitos julgados e/ou condenados por crimes de direitos humanos por nenhum órgão ou entidade nacional ou internacional, incluindo a CNV, no qual em seus três volumes de relatórios foram identificadas pessoas que cometeram esses crimes, porém a Comissão não teve poder de julgamento.²³ Com isso, o presente trabalho não trata de pessoas que foram julgadas, mas sim de indivíduos que, a partir historiografia específica, as biografias presentes nos projetos lei e nas justificativas da mesma, amparam os dados da pesquisa. Além da contribuição analítica ancorada na CNV (PADRÓS, 2020, p. 92-94).

Porquanto, muitos dos indivíduos homenageados tem dualidades, devido às variadas interpretações dos sujeitos, pois como seres humanos, são seres complexos por natureza, ou seja, é complicado classificar de forma generalizante pessoas quanto a um assunto tão importante como a Ditadura e as suas associações.

O propósito aqui é analisar, inicialmente, esses nomes, a partir de uma leitura de permanências e ressignificações dos espaços públicos como “lugares de memória”, não apenas a participação e as relações do sujeito com a Ditadura. Para isso, são necessários outros estudos que abranjam uma documentação maior para obter tais informações. Dessa forma, os processos de leis do Legislativo, no qual é ancorada a presente pesquisa, são insuficientes para um maior entendimento dos inúmeros processos e ligações das vidas desses sujeitos.

²³ Em relação à CNV, existem diversos trabalhos que exploram as suas limitações, seu conteúdo e seu legado. Um interessante texto sobre é o artigo do PEREIRA, Mateus Henrique de Faria intitulado “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. Ademais, todos os três volumes do relatório estão disponíveis online para o acesso público. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 04 dezembro de 2023.

As fontes utilizadas no trabalho compreendem os projetos de lei relativos à nomeação dos espaços públicos da cidade de Santa Maria, cuja obtenção desses documentos ocorreu por meio da digitalização, realizados nas instalações do Arquivo da Câmara de Vereadores.

Além disso, como fonte secundária, o livro da professora Leoniza Mac Ginty, *Nossas ruas... nossa História*, publicado em 2004, desempenhou um papel fundamental como material de iniciação para a pesquisa. Embora datado em termos historiográficos, é de extrema relevância para o desenvolvimento do projeto, em virtude do seu conteúdo biográfico referente a certos "personagens" que foram homenageados em espaços públicos de Santa Maria.

Quadro 1: “Lugares de Memória” em Santa Maria/RS.

ESPAÇO PÚBLICO	PROJETO DE LEI	BAIRRO	AUTOR	PARTIDO	IMPORTÂNCIA DO HOMENAGEADO
Oito de Maio (rua)	2762/ 1980	Vila Vitória	João Dellazzana e José Adão Correa de Mello	PDS e PDT	Nacional
Adelmo Genro Filho (travessa)	6149/ 2003	Vila Lorenzi	Marcelo Zappe Bisogno	PT	Municipal
Adi João Forgari- rini (Eng.) (rua)	5021/ 2007	Parque Pinheiro Machado e Vila Rossi	Sérgio Roberto Cecchin	PP	Municipal
Alcides Roth (avenida)	2835/ 1981	COHAB e no atual bairro Juscelino Kubitschek	João Dellazzana e José Adão Correa de Mello	PDS e PDT(PDS?)	Municipal
Alfredo Saccol (rua)	3514/ 1986	Vila Tomaz no bairro Tomazzetti	Antonio Costa	PDT	Municipal
Antoninho Costa (Vereador) (rua)	7234/ 2009	Parque Pinheiro Machado	Paulo Denardin	PP	Municipal
Armando Ceccin (rua)	2858/ 1981	Presidente João Goulart	João Dellazzana e José Adão Correa de Mello	PDS e PDT	Municipal
Carlos Lacerda (rua)	3603/ 1987	Núcleo Habitacional Tranquedo Neves	Sérgio Blattes	PDS	Nacional
Castelo Branco (rua)	-	Salgado Filho	-	-	-
Centro Administrativo Deputado Nelson Marchezan (prédio da prefeitura)	6482/ 2004	Centro	Paulo Denardin e Jorge Pozzobom	PP e PMDB	Nacional
Centro Cívico Ulysses Guimarães (salão de artes)	4819/ 1993	Praça Saldanha Marinho- Centro	Abdo Mottecy, Claudio Rosa, Jaime Honrich e Werner Rempel	PMDB os 4	Nacional

Centro Cívico Ulisses Guimarães (centro cívico)	5120/ 1995	Praça Saldanha Marinho- Centro	Abdo Mottecy	PMDB	Nacional
Centro Democrático Adelmo Simas Genro (prédio da Câmara dos Vereadores)	6429/2003	Centro	Vilmar Teixeira Galvão	PT	Municipal
Chico Mendes (rua)	4711/ 1993	Vila Lorenzi	Adão Nunes	PFL	Internacional
Dario Leal da Cunha (rua)	3587/ 1987	Vila Kennedy	Arnaldo Souza	PDT	Municipal
Dom Érico Ferrari (rua)	-	-	-	-	Municipal
Dom José Ivo Lorscheiter (restaurante popular)	8683/ 2018	Centro	Valdir Oliveira	PT	Municipal
Dom Luiz Victor Sartori (Escola)	2294/ 1975	Vila Baroneza de Nonohay	Maria Eloá P. Pavani	ARENA	Municipal
Dom Luiz Victor Sartori (travessa)	3597/ 1987	Parque Residencial Dom Antonio Reis	Lari Monteiro	PFL	Municipal
Dr. José Mariano da Rocha Filho (casa de cultura)	6381/ 2003	Centro	Danier Avello	PDT	Municipal
Duque de Caxias (rua)	2646/ 1979	Centro	José Edson Link	ARENA	Nacional
Elísio Dornelles (rua)	2763/ 1980	Vila Vitória	João Dellazzana e José Adão Correa de Mello	PDS e PDT	Municipal
Ernesto Che Guevara (rua)	7097/ 2008	Loteamento Km2- Divina Providência	Vilmar Galvão	PT	Internacional
Estado de Israel (praça)	2984/ 1982	Vila Salgado Filho	João Dellazzana e José Adão Correa de Mello	PDS e PDT	Internacional
Estado da Palestina (praça)	3959/ 1989	Bairro Media-neira	Elias Pacheco Neto	PMDB	Internacional
Evandro Behr (centro de cultura)	5472/ 1998	Centro	Antonio Sineide Costa e Luiz Carlos Iop Druzian	PDT e PFL	Municipal
Evandro Behr (centro de cultura)	7763/ 2012	Centro	Maria de Lourdes Castro	PMDB	Municipal
Expedicionário (rua)	2072/1972	Noal	Américo Battistella	MDB	Nacional
Francisco Brochado da Rocha (rua)	1758/1968	Vila Kennedy	José Adão Mello	MDB	Nacional
General Osório (praça)	1766/1968	em frente ao regimento Mallet	Fernando Adão Schmidt	ARENA	Estadual

Getúlio Mário Zanchi (Coronel)	4169/ 1990	Nossa Senhora Medianeira	Abdo Mottecy	PMDB	Municipal
Heitor Campos (Prefeito)	2058/1972	-	Nilton Monte e João Dellazzana	ARENA	Municipal
Heitor Campos (rua)	2343/1975	sobre a avenida Itaimbé	José Adão Corrêa de Mello	MDB	Municipal
Hermes (Marechal) (rua)	2408/ 1976	-	Erly de A. Lima	MDB	Nacional
Honório Lemes (rua)	2671/ 1979	Urandia	Pedro Fernandes da Silveira	ARENA	Estadual
Ignácio da Silva (travessa)	4500/ 1992	Noal	Gualcir Candaten	PMDB	Municipal
Irmão Leão (rua)	4536/ 1992	Vila Maringá Bairro São José	Elias Pacheco	PMDB	Municipal
Izauro da Rosa (rua)	2764/ 1980	Vila Vitória	João Dellazzana e José Adão Correa de Mello	PDS e PDT	Municipal
João Bosco Pe-nido Burnier (Pa-dre) (rua)	3349/ 1985	Camobi	Marcos Rolim e Miramal de Mat-tos	PT e PDT	Nacional
João Goulart (rua)	2724/ 1980	Distrito de Ca-mobi	João Nascimento da Silva	PTB	Nacional
João Luiz Poz-zobon (Avenida)	4825/ 1994	KM3	Prefeito José Hai-dar Farret	PP	Municipal
João Scherer (Major) (rua)	1693/1968	São José	Orcy de Oliveira	MDB	Municipal
Jorge Augustinho Barichello (rua)	3319/ 1985	Loteamento Par-que do Sol	Sergio Roberto Cechin	PDS	Municipal
Jornal A Razão (prolongamento) (rua)	3262/ 1984	Loteamento Noal	Luiz Carlos Dru-zian	PDS	Municipal
José Aita (rua)	2425/ 1976	atual Menino Je-sus	João Dellazzana	ARENA	Municipal
José Denardin (rua)	3153/ 1983	Vila Camobi	Sérgio Roberto Cechin	PDS	Municipal
José Forgiarini (rua)	3102/ 1983	Vila Sinha	Sergio Roberto Cechin	PDS	Municipal
José Isaia	2454/ 1976	Nossa Senhora das Lourdes	Luiz Carlos Dru-zian e Adi Forgi-arini	ARENA	Municipal
José Manoel da Silveira (Vereador) (rua)	7233/ 2009	Vila São Serafim-Parque Pinheiro Machado	Paulo Denardin	PP	Municipal
José Mariano da Rocha (Doutor) (rua)	1883/1970	Vila Rolim	Américo Batis-tella e Arnildo Müller	MDB	Municipal
José Scolari (rua)	4713/ 1993	Vila Urandia	Adão Nunes	PFL	Municipal
Julio Uminski (rua)	2843/ 1981	Vila Presidente Vargas	João Nascimento da Silva	PDT	Municipal
Juscelino Kubitschek (rua)	2761/ 1980	Chácara das Flores (Vila Vitória)	João Dellazzana e José Adão Correa de Mello	PDS e PDT	Nacional

Lamartine Souza (Doutor) (rua)	2549/ 1977	Nossa Senhora da Saúde	Dario Leal da Cunha	MDB	Municipal
Largo da Liberdade Tancredo de Almeida Neves (largo)	3340/ 1985	Vila Salgado Filho	Orcy de Oliveira	PDT	Nacional
Lauro Machado Soares (Vereador) (rua)	4604/ 1992	Vila Sargento Dornelles- Camobi	Rejane Flôres da Costa	PDS	Municipal
Leonel Brizola (rua)	7348/ 2010	Passo das Tropas	Maria de Lourdes Castro	PMDB	Nacional
Lucas Fortes dos Santos (Maquinista) (rua)	3497/ 1986	Núcleo Habitacional Tancredo Neves	João Nascimento da Silva	PMDB	Municipal
Luiz Antônio Maffini (rua)	2095/1972	centro	João Dellazzana	ARENA	Municipal
Luizinho De Grandi (praça)	3760/ 1988	Avenida Liberdade com Presidente Vargas e Angelo Bolson	Lati Monteiro	PFL	Municipal
Luizinho de Grandi- CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança)	5149/ 1996	Vila Lorenzi, Bairro Tomazetti	prefeito José Haidar Farret a priori e depois os vereadores Paulo Pimenta, Maria Gessi Bento e Valdeci Oliveira	PP e os 3 do PT respectivamente	Municipal
Luiz Victor Sartori (Dom)	-	-	-	-	Municipal
Maurício Sirotsky Sobrinho (Jornalista) (Avenida)	3611/ 1987	Patronato	Executivo Municipal (José Haidar Farret)	PDS	Estadual
Marechal Osmino Ferreira Alves (praça)	3064/ 1983	Vila Nonoai	Arnaldo Francisco Rosado de Souza	PDT	Nacional
Medianeira (Nossa Senhora) (Avenida)	2741/ 1980	Perpétuo Socorro	Juan Vicente Santini e João Alberto Peripolli	PDS e PDT	Municipal
Miguel Meirelles	-	-	-	-	Municipal
Miguel Meirelles (praça)	2592/1978	Distrito Camobi	Arnildo Martinez Muller	PDT	Municipal
Monte Castelo (rua)	27/65/ 1980	Vila Vitória	João Dellazzana e José Adão Correa de Mello	PDS e PDT	Nacional
Nelson Marchezan (deputado) (rua)	7288/ 2009	Nossa Senhora das Dores	Admar Pozzobom	PSDB	Municipal
Nonohay Correa (rua)	4539/ 1992	Núcleo Habitacional Tancredo Neves	Antonio Costa	PDT	Municipal
Onofre Ilha Dornelles 2216/81	2877/ 1981	Vila Caramelo	João Nascimento da Silva e Orcy de Oliveira	PDT e PDT	Municipal

(revog. 2429/82) (rua)					
Oscar Henrique Zappe (rua)	3190/ 1984	Itararé	Arnaldo Souza	PDT	Municipal
Padre Kentenich (rua)	2385/ 1975	Nossa Senhora das Dores	Adi João Forgiani e João Dellazzana	ARENA	Municipal
Palestina (rua)	2826/ 1981	Vila São João	João Dellazzana e José Adão Correa de Mello	PDS e PDT	Internacional
Palmares (rua)	2885/ 1981	Vila Matadouro	Arnildo Martinez Muller	PP	Nacional
Paulo Lauda (avenida)	3588/ 1987	Núcleo Habitacional Tranquedo Neves	Arnaldo Souza	PDT	Municipal
Pedro Cezar Saccol (rua)	3242/ 1984	Distrito Industrial de Santa Maria (Núcleo Habitacional da COHAB-D1)	João Nascimento da Silva e Sergio Cechin	PDT e PDS	Municipal
Prefeito Evandro Behr (viaduto)	5224/ 1996	Centro	Prefeito José Haider Farret	PP	Municipal
Presidente Castelo Branco (viaduto)	2405/ 1976	Sobre a avenida Itaimbé	Bancada da ARENA	ARENA	Nacional
Presidente Costa e Silva (viaduto)	2404/ 1976	Sobre a avenida Itaimbé	Bancada da ARENA	ARENA	Nacional
Princesa Isabel (rua)	1460/1963	Vila do Carmo bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Helena Ferrari Teixeira	PTB	Nacional
Rádio Guarathan (rua)	5490/ 1998	Parque Pinheiro Machado	Luiz Carlos Iop Druzian	PFL	Municipal
Raphael Saccol (rua)	2432/ 1976	Vila Lameira	João Dellazzana	ARENA	Municipal
Renato Pereira da Cunha (Engenheiro) (rua)	3216/ 1984	Parque Residencial "Pinheiro Machado"	Sergio Cechin	PDS	Municipal
Roberto Barbosa Ribas (Maestro)	4813/ 1993	Vila Lídia	Paulo Airton Denardin e Arnildo Muller	PPR e PTB	Municipal
Rubem Martin Berta (avenida)	1985/1971	Camobi	Eloy Ricaldi	MDB	Nacional
Rubens Corrêa Krob (Vereador) (rua)	2412/ 1976	-	João Dellazzana	ARENA	Municipal
Santa Marta – Núcleo Habitacional (bairro)	2247/1982	Santa Marta	Sérgio A Blattes, Renor Beltrani e Rubens Pedrazzi	PDS, PDS e PP	Municipal
Tancredo de A. Neves (Núcleo Hab.) (bairro)	3342/ 1985	Passo da Ferreira	Carlos E. Vieira, Lari Monteiro, Arnildo M. Muller e Arnaldo Souza	PMDB, PDS, PDT e PDT respectivamente	Nacional

Travessa General Gomes Carneiro (travessa)	1746/1968	Av. Borges de Medeiros	Dario Leal da Cunha	MDB	Estadual
Valentin Aita (rua)	2842/ 1981	Vila Presidente Vargas Camobi	Elio Lourenço Favarin	PDT	Municipal
Vasco da Cunha (Capitão) (Estrada)	3027/ 1982	Vila Boi Morto, Vila Querência	João Dellazzana	PDS	Municipal
Vitorio Palese (rua)	2760/ 1980	Vila Vitória	João Dellazzana e José Adão Correa de Mello	PDS e PDT	Municipal
Walter Jobim (avenida)	5015/ 1995	Patronato	Fernando Adão Schmidt, Isaias Romero e Abdo Mottecy	PPR, PPR, e PMDB respectivamente	Estadual
Zumbi (rua)	2881/ 1981	Vila Matadouro	Arnildo Martinez Muller	PP	Municipal

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das fontes consultadas.

Observações: As nomenclaturas repetidas são em relação à mesma pessoa, porém representam projetos de lei diferentes.

4.2. CONSTRUÇÃO

A partir do levantamento dos dados elaborados no Quadro 1, com a iniciativa de contextualizar os lugares, períodos de nomeação, autores e seus partidos e o grau de relevância do homenageado, encontrou-se 95 (noventa e cinco) localidades em Santa Maria. Porém, a análise dos lugares também contou com as justificativas apresentadas nos projetos, em alguns com as informações incompletas, outrossim, isso não interfere na elaboração em seu todo, apenas do lugar em si.

Em relação à Legislação que rege a designação de espaços públicos em Santa Maria, apresentamos as leis mais recentes: a) a Lei Orgânica do Município de Santa Maria (1990, atualizada 2004), sendo que, na seção II - Das atribuições da Câmara Municipal, no artigo 66, prevê que compete à Câmara de Vereadores, no inciso XVII, “legislar sobre denominação de próprios municipais, vias e logradouros públicos nos termos da lei”; b) a Lei no 5608, de 5 de janeiro de 2012, que unifica a Legislação e disciplina a denominação de logradouros (KELLER; LEÃO, 2020, p. 9-10).

A priori, os principais elementos possíveis de serem compreendidos são a enorme predominância de homenageados homens, do qual apenas três lugares analisados têm a sua toponímia no feminino, sendo uma, a rua “Princesa Isabel”, e as outras duas de santas (Núcleo

Habitacional Santa Marta e a Avenida Nossa Senhora da Medianeira) que remetem à religiosidade característica da cidade, assim como o próprio nome do município, “Santa Maria”, é feminino e religioso²⁴. Porém, a análise de gênero não é o propósito do presente trabalho, mas merece estudos a respeito pela historiografia.

Podemos identificar que Santa Maria possui logradouros públicos que homenageiam os símbolos e eventos da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, mais especificamente a Força Expedicionária Brasileira (FEB), as ruas: Oito de Maio (2762/1980) localizado na Vila Vitória, Expedicionário (2072/1972) no atual bairro Noal e Monte Castelo (2765/1980) na Vila Vitória. O primeiro simboliza o fim da guerra no ocidente, expedicionário eram os soldados brasileiros que lutaram na guerra e Monte Castelo representa a maior batalha da FEB na guerra e uma das suas maiores vitórias contra a Alemanha Nazista. Essas três nomeações contêm em seu escopo uma tentativa de honrar de forma utópica e resgatar o passado recente (para época) desses símbolos que a FEB representa para a sociedade brasileira, portanto uma herança conservadora e militar conforme a História Oficial da ditadura gostaria de reforçar perante a sociedade.

O projeto de lei que homenageia Onofre Ilha Dornelles foi revogado um ano após a sua normal tramitação e aprovação na Câmara dos Vereadores de Santa Maria. Porém, os documentos não têm a justificativa por trás dessa revogação. Podemos supor diversos questionamentos devido ao papel e importância desse sujeito para a história regional e de resistência contra a ditadura, “Ferroviário [...] Líder da sua classe, tomou parte em todas as suas reivindicações, procurando, através de sua participação sempre ativa, aberta e honesta melhores condições de trabalho e remuneração para a sofrida e marginalizada classe ferroviária” (Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria. “Projeto Lei. Ano Legislativo de 1981.” Cópias digitalizadas). Onofre Ilha Dornelles consta na lista de mortos e desaparecidos políticos do relatório da CNV, volume III.

A religiosidade da cidade é evidenciada pelo próprio nome da cidade “Santa Maria”, além do núcleo habitacional como “Santa Marta”, das diversas nomeações de bispos e padres da cidade ou de fora, temos os exemplos dos espaços públicos: a escola e avenida Dom Luiz

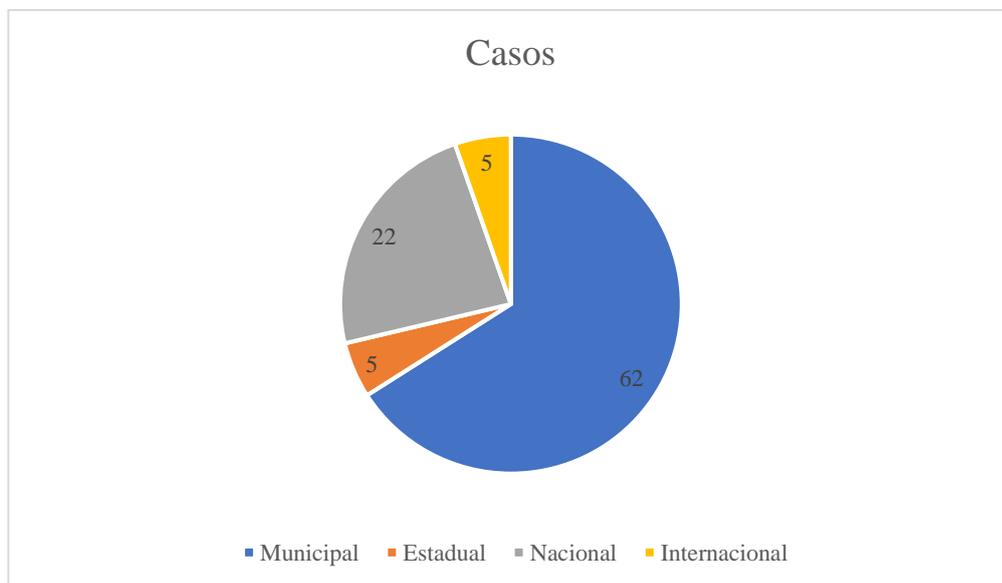
²⁴ Em relação à análise das toponímias de Santa Maria ver: KELLER, Tatiana; LEÃO, Rosaura Maria Albuquerque. Toponímia, história e memória: nomes das ruas do bairro Centro da cidade de Santa Maria/RS. Entrepalavras, Fortaleza, v. 10, n. 3, e1906, p. 1-24, set.- dez./2020. DOI: 10.22168/2237-6321- 31906.

Victor Sartori, rua Dom Érico Ferrari, restaurante público Dom José Ivo Lorscheiter, a rua Padre Kentenich e a rua Padre João Bosco Penido Burnier.

Santa Maria possui uma rua com a denominação “Ernesto Che Guevara”, homenagem decidida por assembleia realizada pelos moradores do Loteamento KM2, na justificativa do projeto consta “destaque na luta por justiça, igualdade social em toda a América Latina [...] Por tratar-se de uma pessoa que lutou por justiça e igualdade social, na América Latina e foi muito importante para os povos, hoje sua luta é reconhecida em todo o mundo” (Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria. “Projeto Lei. Ano Legislativo de 2008.” Cópias digitalizadas). Essa homenagem é a mais singular dentre as estudadas, levando em consideração a história do sujeito e os graus de importância dos homenageados, como indicado pela Figura 2.

Conforme é demonstrado pela Figura 2, a tendência das nomeações no Município é a ocorrência de casos de relevância municipal dos homenageados, sendo que 62 (sessenta e dois) espaços, expressam um vislumbre do modo como a memória coletiva é rememorada na cidade.

Figura 2: Tabela dos graus de importância dos homenageados nos espaços públicos



Fonte: Elaborada pelo autor a partir das fontes consultadas.

Dentre desses, podemos citar o quadro das nomenclaturas de comerciantes e empresários locais, como o caso da Avenida Alcides Roth, situada no atual bairro Juscelino Kubitschek, identificada com projeto de Lei nº 2835 de 1981, de autoria dos vereadores João Dellazzana e José Adão Correa de Mello, do Partido Democrático Social (PDS) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT) respectivamente, Na justificativa do projeto, está escrito que “interessada

na busca de soluções que visavam o progresso e o desenvolvimento da comunidade”; “não foi só um administrador de empresas”; “Presidente por 15 anos da Associação Comercial de Santa Maria. Fundador e presidente em duas oportunidades do Rotary Club de Santa Maria”. (Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria. “Projeto Lei. Ano Legislativo de 1981.” Cópias digitalizadas). Essa e outras denominações representam um conjunto maior de uma perpetuidade de logradouros e demais espaços que homenageiam personalidades que “prosperaram” economicamente, a partir dos jogos de poder (PADRÓS, 2020). As denominações das ruas José Denardin, José Forgiarini, Raphael Saccol, Valentim Aita e Alfredo Saccol exemplificam esse caráter corporativista e liberal também.²⁵

Essas permanências não são interpretadas pela sociedade como poderia ser, caso tivesse uma leitura crítica dos motivos que levam vereadores homenagearem mais as figuras vinculadas às classes dominantes e não aos demais grupos e classes sociais. Essas associações superficiais deslocam os sujeitos a participar em uma busca de qual História realmente é contada ao seu redor e se essa História conta a sua e dos seus. Diante disso, qual o legado de figuras vinculadas ao capital regional ou municipal tem para as várias classes e grupos da sociedade santamariense?

Em consonância do exposto, outro fato marcante dos dados fornecidos pelas fontes é a ocorrência de forma frequente da homenagem póstuma nos espaços públicos para vereadores e políticos locais, que apoiaram o Golpe e a Ditadura, ex-membros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e de partidos conservadores, por exemplo “Lauro Machado Soares e Nelson Marchezan”.

Em vista disso, outro poder importante, no jogo político local, é o religioso, com destaque para os espaços públicos com as nomenclaturas: Dom Érico Ferrari, Dom Luiz Victor Sartori (logradouro e escola municipal) e Dom José Ivo Lorscheiter. Os três religiosos têm enorme influência até os dias de hoje na sociedade local, outrossim, apoiaram o Golpe e a Ditadura em

²⁵ A valorização da “família tradicional brasileira”, dos “bons costumes” e de um orgulho de ser “italiano” ou alemão”, em muitas justificativas são traços marcantes dessas nomeações, mais conservadoras como podemos ver de forma sintetizada na justificativa da lei Nº2425 de denominação da rua José Aita em 1976: “José Aita, filho de tradicional família de Santa Maria, descendente dos primeiros imigrantes Italianos que para cá vieram com o único propósito de trabalharem e darem até as suas próprias vidas para o desenvolvimento e o progresso da pátria adotiva. José Aita é descendente desta gente brava e corajosa que heroicamente desbravaram o nosso interland riograndense. A família Aita [...] construindo-se hoje quase num patrimônio do município. "se constituiu como um padrão de dignidade e honradez" "ao homenagearmos José Aita, estaremos também prestando uma justa homenagem a toda a tradicional família Aita." "pelo seu trabalho progressista e pelas suas participações nos empreendimentos de progresso da comunidade santamariense" "que se constitui hoje num incontestável e significativo marco de trabalho e de progresso". (ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 1976).

sua primeira instância, com especial participação golpista de primeira de Dom Luiz Victor Ferrari, bispo católico de Santa Maria em 1964. O caso de Dom José Ivo Lorscheiter é o mais complexo, pois ele “se arrependeu” e como podemos ver na descrição do projeto do Restaurante Popular que leva o seu nome, “foi um batalhador das causas sociais [...] Os quatorze projetos sociais que Dom Ivo Lorscheiter ajudou a criar e a sua luta contra a Ditadura mudaram a História de muita gente (“Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria. “Projeto Lei. Ano Legislativo de 2018.” Cópias digitalizadas). Essa “mudança de lado” não é contemplada na justificativa biográfica, pois apenas rememora a sua trajetória contra a Ditadura, transparecendo uma visão simplória de uma memória selecionada, fortalecendo, assim, o seu legado na memória coletiva da cidade.²⁶

Outro contraste marcante da memória coletiva da cidade é o legado ainda vivo dos ferroviários, cujo patrimônio público de Santa Maria é imergido de referências a essa importante categoria de trabalhadores, devido ao papel de luta e resistência dos mesmos, de forma individual e coletiva como classe, expressando uma antítese de uma memória consciente do passado.

Correlacionando com as especificidades da cidade, a partir do viés analítico dos “lugares de memória” (NORA, 2012), os espaços identificados aqui são a tentativa bem-sucedida de “política de memória” de um processo de ressignificação das espacialidades, devido ao caráter combativo desses ferroviários contra a Ditadura. Dario Leal da Cunha, Lamartine Souza, Lucas Fortes dos Santos, Onofre Ilha Dornelles, Oscar Enrique Zappe, Elísio Dornelles, Izauro da Rosa, Vitorio Palese e Julio Uminski são nomenclaturas de espaços públicos de Santa Maria marcados pela consciência da História recente de Santa Maria e do País, alguns deles de franca oposição à Ditadura.

Nessa perspectiva, temos homenagens de espacialidades que fogem do regional e passam o estadual, nacional e internacional. Os logradouros públicos “João Bosco Penido Burnier (Padre), Marechal Osvaldo Ferreira Alves, Leonel de Moura Brizola e Ernesto Che Guevara” articulam as tentativas, indiretas ou diretas, de fomento de políticas de memória críticas à Ditadura e ao que representaram para os diversos grupos sociais em todo o Brasil.

Por um lado, Santa Maria homenageia presidentes como João Goulart e Juscelino Kubcheck, ambos mortos pela Ditadura; em contraposição, temos a homenagem aos ditadores em duas travessas da cidade. A “Presidente Costa e Silva”, através da Lei nº 2404 de 1976, e a

²⁶ Em relação à Dom José Ivo Lorscheiter, ver: TORRES, Thiago Alves. A atuação de Dom José Ivo Lorscheiter durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985). Itapiranga: Schreiber, 2023.

“Presidente Castelo Branco”, Lei nº 2404 de 1976, foram promulgadas pela bancada da ARENA na Câmara, com as seguintes justificativas, respectivamente:

"Os vereadores integrantes da Bancada da Aliança Renovadora Nacional- ARENA, na Câmara de Vereadores, no propósito de conservar bem viva na memória do povo a imagem do extinto Presidente Excelentíssimo Senhor Artur da Costa e Silva, proem a denominação do Viaduto localizado sobre a Avenida Itaimbé, na rua Silva Jardim com o nome daquele homem público. Gaúcho de nascimento, não poderíamos nós, coestaduanos deixar de prestar nossa homenagem, especialmente porque foi nesta cidade, que tivemos a oportunidade de vê-lo comandar, uma das nossas unidades militares. Presidente seguidor de um trabalho Revolucionário no Desenvolvimento do país, soube em seu tempo buscar as soluções que toda uma nação e sabia nele merecer a confiança. Em nome deste Poder de representação popular, desejamos prestar nosso reconhecimento ao estadista, com a denominação de um de nossos mais importantes viadutos. (Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria. “Projeto Lei. Ano Legislativo de 1976.” Cópias digitalizadas).

"A bancada da Aliança Renovadora Nacional- ARENA, através de seus Vereadores Titulares, ao propor o nome do extinto Presidente da República Excelentíssimo Senhor Humberto de Alencar Castelo Branco ao viaduto sobre a Avenida Itaimbé, na Rua Tuiuti, o faz no intuito primeiro de homenagear aquele que teve o difícil encargo de dirigir a Nação em seu momento mais difícil. O viaduto Castelo Branco é a maior homenagem que este Poder pode prestar aquele homem público. A intensão da homenagem é conservar viva a imagem daquele estadista, muito embora a ação construtora do mesmo em prol da tranquilidade e desenvolvimento nacional seja merecedora de imensuráveis homenagens. Como todos os homens democráticos deste país em todos os locais continuam a respeitar o trabalho do Grande Brasileiro, esta bancada deseja, em nome do Povo e desta Casa fazer também sua significativa presença e homenagem. (Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria. “Projeto Lei. Ano Legislativo de 1976.” Cópias digitalizadas).

A partir do exposto, identificamos o cerne da problemática do trabalho, pois espaços públicos como esses ainda permanecem na espacialidade pública do Município sem uma conscientização de quem foram essas pessoas que, a partir dos seus atos instauraram e reproduziram uma ditadura aparelhada por uma ideologia de Terrorismo Nacional, sendo que, apenas a partir da educação podemos construir um lugar crítico de quem foi os ditos “Presidentes” Costa e Silva e Castelo Branco.

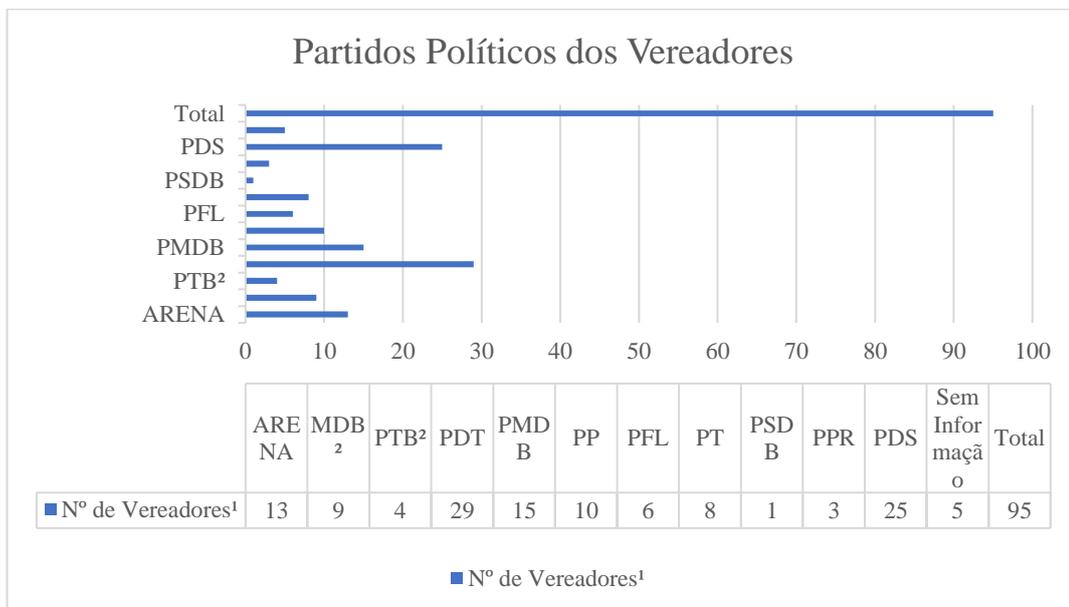
Ademais, casos de honraria como o de Carlos Lacerda entram nessa orientação devido à sua importância para o Golpe, pois foi um dos principais articuladores da mesma, como descrito na justificativa da rua que leva o seu nome: “defensor do Movimento de 1964, que mais tarde cassou-lhe os direitos políticos, Lacerda teve ativa participação em episódios capitais da recente História Brasileira” (Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria. “Projeto Lei. Ano Legislativo de 1987.” Cópias digitalizadas).

Em contrapelo, temos os casos de honraria à Tancredo Neves e Ulysses de Guimaraes, em espaços públicos da cidade, principalmente devido à participação de ambos no processo de “redemocratização” brasileira, Tancredo tem um motivo a mais, devido a conjuntura trágica de

sua morte, quando, em 1985, a COHAB inaugurada meses após o seu falecimento levou o seu nome em tom de luto frente ao processo político existente na época.

Um caso recorrente nas denominações na cidade é a homenagem a figuras “históricas” do passado, cuja ideologia foi fortalecida a partir da cultura e da educação oficial da Ditadura, tendo como exemplo os casos das ruas “Princesa Isabel” e “Duque de Caxias” (no âmbito nacional de ambas), configurando um processo ainda pouco interpretado criticamente pela cultura pública do Município, apesar de estarmos cercados por esses nomes no nosso cotidiano, a reflexão desses locais estão atrelados à uma normativa “clássica” de nomeação de honraria acima das questões políticas pró ou contra a ditadura.

Figura 3: Tabela do número de vereador por partidos nos projetos de lei analisados



Fonte: Elaborada pelo autor a partir das fontes consultadas.

A partir da figura acima, salienta-se que, 1 - em inúmeros projetos de lei tem mais de um vereador por lei; 2 - Todos os projetos de lei foram realizados por vereadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e; 3 - Uma nomeação antes do fim do pluripartidarismo e três do atual PTB.

A partir da Figura 3, também se percebe que os partidos que mais tiveram vereadores com projetos de lei de denominação de espaços públicos analisados foram os do PDT, com 29 (vinte e nove) e o PDS com 25 (vinte e cinco). Essas informações demonstram a heterogeneidade política e suas respectivas bases. Os da ARENA tem 13 (treze) nomeações e os do MDB

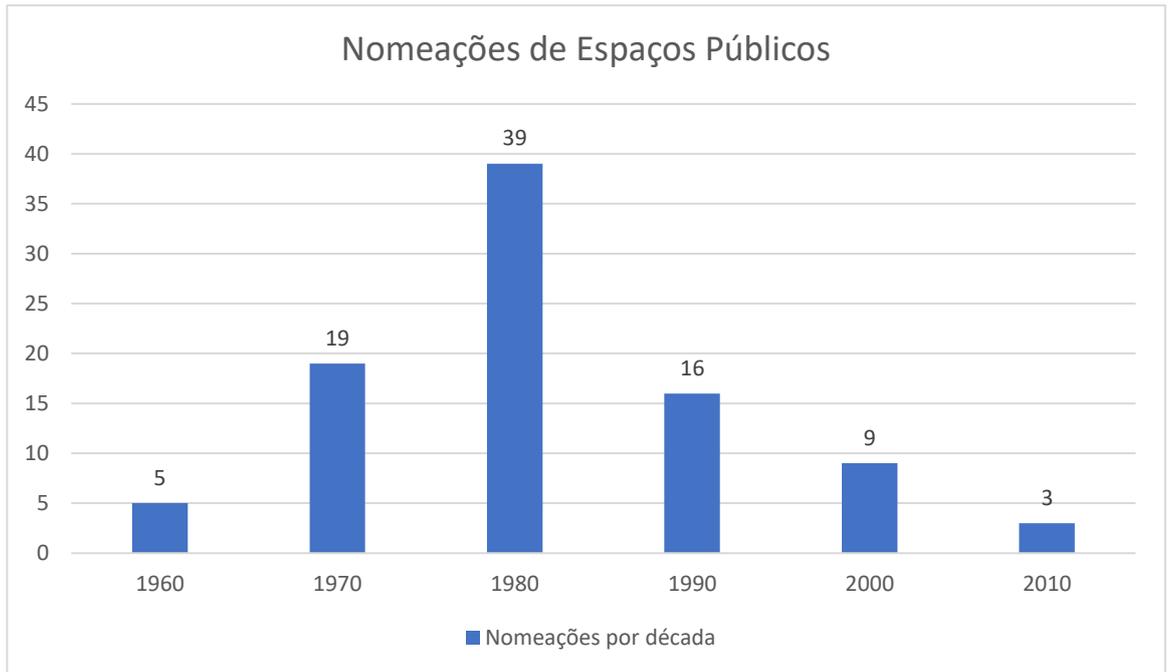
9 (nove). Salienta-se, por sua vez, que muitos políticos da ARENA foram para partidos como o PDS depois do fim da ARENA e a retomada do pluripartidarismo.

Os vereadores com mais projetos de lei foram João Dellazanna e João Corrêa de Mello com 10 (dez) nomeações juntas, enquanto João Dellazanna teve 5 (cinco) sozinho (15 ao todo) e João Nascimento da Silva e Arnildo Martinez Muller com 3 (três) nomeações. Como pode-se perceber, em muitos projetos, como visto acima, mais de um vereador podia assinar o projeto da lei, isso se devendo a diversos fatores, mas basicamente se dava pelas questões de amizade ou aliança política e de bases sociais de eleitores compartilhadas em uma localidade, já que, em muitas oportunidades, os moradores da rua ou região é que pedem a nomeação do logradouro (nas leis analisadas, 17 tinham anexadas lista de moradores, contudo essa prática não era obrigatória antes da Lei Municipal nº 5619, de 30 de janeiro de 2012 de unificação dos logradouros).

Os bairros que mais aparecem nas fontes são: 7 (sete) leis no centro, 4 (quatro) na Tancredo Neves e 2 (dois) em Camobi. A espacialidade é espalhada pelo Município, devido aos processos de marginalização e expulsão dos centros urbanos, decorrentes das políticas públicas da Ditadura quanto à habitação e de “direito à cidade”. Conforme demonstra a Figura 5, quando a década de 1980 foi o período em que mais teve nomeações de espaços públicos, justamente pela concomitância à expansão urbana de Santa Maria. Não fugindo dessa lógica, as décadas de 1970 e 1990, também tem números significativas, devido a esse processo histórico, aliado a expansão da UFSM e da economia local, especialmente a partir da especulação imobiliária.

Com isso, é interessante perceber os tipos de espaços de nomeação mais frequentes no estudo, de forma majoritária as ruas, com 56 (cinquenta e seis) ocorrências, pois mesmo sendo uma informação básica, é fundamental demonstrar o exorbitante número de ruas em comparação às demais espacialidades (7 avenidas, 6 praças, 4 viadutos).

Figura 4: Nomeações dos espaços públicos em Santa Maria por década



Fonte: Elaborada pelo autor a partir das fontes consultadas.

Por fim, é necessário refletir os posicionamentos dos sujeitos quanto à Ditadura Civil-Militar (Quadro 2), em que a maioria das nomeações remetem a pessoas associadas com a Ditadura Civil-Militar, 46 (quarenta e seis) nomeações tem esse caráter, enquanto da resistência ou referentes a símbolos de luta contra a Ditadura são 28 (vinte e oito) lugares.

Nomenclaturas que remetem ao modo mais clássico de nomeação são 18 (dezoito), com três incertezas no que se refere a informações inconclusivas a respeito de posicionamentos ou associações.

Quadro 2: Posicionamentos quanto à ditadura dos sujeitos homenageados

Nomenclatura
 D: Ditadura
 R: Resistencia
 C: Clássicas
 I: Incertezas

Espaço Público	Posicionamento
1. Oito de Maio	D
2. Adelmo Genro Filho (travessa)	R
3. Adi João Forgiarini (Eng.)	D
4. Alcides Roth	D
5. Alfredo Saccol	D
6. Antoninho Costa (Vereador)	I
7. Armando Ceccin	R
8. Carlos Lacerda	D
9. Castelo Branco	I

10. Centro Administrativo Deputado Nelson Marchezan	D
11. Centro Cívico Ulysses Guimarães	R
12. Centro Cívico Ulisses Guimarães	R
13. Centro Democrático Adelmo Simas Genro	R
14. Chico Mendes 3650/93	R
15. Dario Leal da Cunha	R
16. Dom Érico Ferrari	D
17. Dom José Ivo Lorscheiter	D/R
18. Dom Luiz Victor Sartori- Escola	D
19. Dom Luiz Victor Sartori	D
20. Dr. José Mariano da Rocha Filho	D
21. Duque de Caxias	C
22. Elísio Dornelles	R
23. Ernesto Che Guevara	R
24. Estado de Israel	C
25. Estado da Palestina	C
26. Evandro Behr	D
27. Evandro Behr	D
28. Expedicionário	D
29. Francisco Brochado da Rocha	C
30. General Osório	C
31. Getúlio Mário Zanchi (Coronel)	D
32. Heitor Campos (Prefeito)	C
33. Heitor Campos	C
34. Hermes (Marechal)	C
35. Honório Lemes	C
36. Ignácio da Silva	D
37. Irmão Leão	C
38. Izauro da Rosa	R
39. João Bosco Penido Burnier (Padre)	R
40. João Goulart	R
41. João Luiz Pozzobon. (Av)	D
42. João Scherer (Major)	C
43. Jorge Augustinho Barichello 2671/85	D
44. Jornal <i>A Razão</i> (prolongamento) 2612/84	D
45. José Aita 1860/76	D
46. José Denardin	D
47. José Forgiarini	D
48. José Isaia	D
49. José Manoel da Silveira (Vereador)	D
50. José Mariano da Rocha (Doutor)	D
51. José Scolari	D
52. Julio Uminski	R
53. Juscelino Kubitschek	R
54. Lamartine Souza (Doutor)	R
55. Largo da Liberdade Tancredo de Almeida Neves	R
56. Lauro Machado Soares (Vereador)	D
57. Leonel Brizola	R

58. Lucas Fortes dos Santos (Maquinista)	R
59. Luiz Antônio Maffini	D
60. Luizinho De Grandi 3019/88	D
61. Luizinho de Grandi- CAIC	D
62. Luiz Victor Sartori (Dom)	D
63. Maurício Sirotsky Sobrinho (Av. Jornalista)	D
64. Marechal Osvino Ferreira Alves	R
65. Medianeira (Av. Nossa Senhora)	C
66. Miguel Meirelles	D
67. Miguel Meirelles	D
68. Monte Castelo	D
69. Nelson Marchezan (deputado)	D
70. Nonohay Correa	D
71. Onofre Ilha Dornelles 2216/81 (revog. 2429/82)	R
72. Oscar Henrique Zappe	R
73. Padre Kentenich	C
74. Palestina	C
75. Palmares	R
76. Paulo Lauda	R
77. Pedro Cezar Saccol	D
78. Prefeito Evandro Behr	D
79. Presidente Castelo Branco	D
80. Presidente Costa e Silva	D
81. Princesa Isabel	C
82. Rádio Guarathan	R
83. Raphael Saccol	D
84. Renato Pereira da Cunha (Engenheiro)	D
85. Roberto Barbosa Ribas (Maestro)	D
86. Rubem Martin Berta	I
87. Rubens Corrêa Krob (Vereador)	D
88. Santa Marta – Núcleo Habitacional	C
89. Tancredo de A. Neves (Núcleo Hab.)	R
90. Travessa General Gomes Carneiro	C
91. Valentin Aita	D
92. Vasco da Cunha (Capitão) (Estrada)	D
93. Vitorio Palese	R
94. Walter Jobim	C
95. Zumbi	R

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das fontes consultadas.

Observações: as nomenclaturas repetidas representam diferentes projetos de lei do legislativo.

No quadro 2 trazemos as nomenclaturas clássicas que se relacionam com homenagens visando uma cultura política com base nessa perspectiva de “Culto à Pátria”. Assim sendo, as homenagens voltadas aos nossos “heróis regionais” compartilham dessa mesma herança de sentidos e propósitos em suas homenagens (sentido de honrar aos grandes homens que pisaram em

nossas terras), temos os casos das ruas e demais espaços públicos que seguem esse modelo clássico: Heitor Campos (Prefeito); Hermes (Marechal); Honório Lemes (General); Irmão Leão; Travessa General Gomes Carneiro nos âmbitos regionais e estaduais.

Portanto, como podemos identificar a partir do quadro 2, em consonância com o quadro 1, Santa Maria possui quase o dobro (quarenta e seis) de nomenclaturas ligadas à ditadura, pois é um fato que comprova as permanências da ditadura no tempo presente, a “História Oficial” permanece a partir da manutenção, sem a conscientização pública, da educação sobre essas “Marcas” que são resultados de políticas ditatoriais que a “Redemocratização” não conseguiu eliminar, junto com a Anistia e tantas outras “heranças ditatoriais”. Nomenclaturas como “Carlos Lacerda²⁷, Dom Luiz Victor Sartori²⁸ e Vereador Lauro Machado Soares²⁹”, representando essas continuidades ainda “vivas” no Município.

Em relação às incertezas de posicionamentos quanto à ditadura representadas no Quadro 2, não podemos afirmar esses posicionamentos devido às limitações das fontes e da historiografia utilizada para a realização do presente trabalho, por isso é complicado afirmar algo quanto a esses sujeitos, apenas com um estudo biográfico dessas pessoas que poderíamos chegar à uma conclusão precisa. Todavia, a rua “Castelo Branco”, quanto no Quadro 1 e no 2, está com informações incompletas e incertas. pois, a partir do projeto lei dessa nomeação não foram encontradas maiores informações, pois a rua teve seu nome oficializada em 2004, mas já era popularmente conhecida por essa denominação anteriormente, ou seja, não podemos afirmar que ela se refere à um sujeito em específico (Ditador Castelo Branco) devido às limitações de fontes sobre esse logradouro.

Santa Maria não vai ter uma Memória Coletiva consciente e crítica do seu passado se nomes como “Dom José Ivo Lorscheiter” não forem debatidos pela sociedade, tendo a consciência do seu legado positivo e os seus “pecados”. Mesmo com essa dicotomia que, a priori, pode dificultar os entendimentos das relações dos sujeitos e da sociedade com a ditadura, as interpretações precisam levar em conta essas complexões singularidades.

Outrossim, não temos uma “terra arrasada” de iniciativas conscientes de Memória Coletiva, mas iniciativas de homenagens a sujeitos que lutaram contra a ditadura em diferentes

²⁷ Carlos Lacerda notório conspirador do golpe como governador da Guanabara, atual Rio de Janeiro. ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 1987).

²⁸ Dom Luiza Victor Sartori, bispo golpista, durante o golpe fez discursos públicos a favor do movimento conservador golpista. (KONRAD, 2006). (ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 1985 e 1987).

²⁹ Vereador Lauro Machado Soares, Vereador de Santa Maria da ARENA durante o bipartidarismo. (ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 1992).

frentes³⁰ (a conscientização crítica desses sujeitos para a sociedade santa-mariense é uma incógnita, pois não temos como ter essas informações apenas com as fontes utilizadas no presente trabalho), como os espaços públicos: Adelmo Simas Genro³¹, Padre João Bosco Penido Burnier³² e Leonel Brizola³³.

Assim sendo, é importante demarcar as limitações de conhecimento e de fonte para tratar de um projeto de pesquisa tão pouco estudado pela historiografia regional especializada. Tratando de uma pesquisa com um arsenal maior nas diversidades de fontes sobre os “lugares de memória” de Santa Maria, a construção da justificativa da hipótese seria mais elaborada. Quanto às iniciativas de memória coletiva na cidade, através de um protagonismo às histórias correlatas a história oficial, é fundamental, para uma maior inscrição na história pública do Município, as ressignificações das heranças ainda vivas da Ditadura na Formação Histórico-Social de Santa Maria, ainda uma “cidade partida” em decorrência de 21 longos anos de Terrorismo de Estado da Ditadura de Segurança Nacional.

³⁰ O logradouro público referente à Onofre Ilha Dornelles (Militante e Ferroviário, preso, torturado e morto pela Ditadura em Santa Maria no dia 28 de dezembro de 1964) foi revogado, porém não encontramos informações do motivo, mas o projeto da lei de denominação permanece no arquivo público da Câmara dos Vereadores. (ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 1981).

³¹ Adelmo Simas Genro, Vice-Prefeito eleito em 1963, tendo seus direitos políticos cassados e expulso do magistério pela Ditadura. Homenageado pela Câmara dos Vereadores de Santa Maria com o a nomenclatura do próprio prédio da Instituição Pública, “Centro Democrático Adelmo Simas Genro”, na justificativa do projeto consta: “reconhecimento da importância de [...] na política, na cultura e na história de Santa Maria como um todo. A Câmara de Vereadores, enquanto Casa do Povo, não pode furtar-se de prestar homenagem a este homem que lutou pela democracia e pela cidadania.” (ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 2003).

³² Padre João Bosco Penido Burnier foi tragicamente morto pela ditadura, na justificativa do projeto de lei da rua que leva o seu nome consta “A situação trágica em que morreu o Padre João Bosco Penido Burnier chamou a atenção da comunidade internacional, ao mesmo tempo que colocou mais uma vez em evidência os métodos repressivos e torturas praticadas pela polícia brasileira. [...] Igualmente, por serem moradores alinhados as reivindicações populares e desejos de transformações reais em defesa do povo, através de seu nome, prestam homenagem a sua memória, denominando aquela rua de Camobi. Sendo que essa homenagem merece o aplauso de todos aqueles que se colocam ao lado dos oprimidos, consideramos fundamental a aprovação desse projeto” (ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 1985).

³³ Leonel Brizola, político trabalhista, idealizador da Campanha da Legalidade e ativo defensor do governo de Jango contra o golpe. (ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sequelas do Terrorismo de Estado não foram revertidas e permanecem como uma ameaça para a sociedade, principalmente para as populações pobres e setores “questionadores”, pois eles são os mais visados e que sofrem ainda com as permanências das “heranças” da Ditadura, cristalizadas nas formas de coerção social e ideológica. Padrós sintetiza quanto ao perigo de uma

modernização do velho recurso ao “inimigo interno” como forma de forçar coesão social em torno de um projeto, sempre antidemocrático, que dificulta, confunde e distorce a percepção das verdadeiras razões, interesses e sócios que levam o Estado a agir com essa velha estratégia remodelada e reconfigurada, de acordo à atual ordem democrática, emoldurada pelos traços do neoliberalismo galopante e da retomada de um pensamento único que, em tempos pós-ciclo progressista, além de conservador, se mostra reacionário, regressivo, irracional e acentuadamente excludente (2020, p. 96).

As heranças da ditadura são muitas vezes interpretadas a partir de uma perspectiva saudosistas por certos setores da sociedade. No entanto, é crucial entendermos quem são esses sujeitos e o que eles almejam com um “retorno da ditadura”, pois esses revisionistas históricos querem no fundo, muitas vezes, algo irreal e idealizado do que realmente foi a ditadura. Os “sócios” da ditadura e seus membros militares e civis ganharam com ela, de forma econômica e, até então, na Memória Coletiva e na História, já que esses sujeitos não foram condenados ao fim da ditadura em 1985, ocorreu a justiça da impunidade e as suas ideologias, símbolos e representações continuam vivos no Brasil e na Santa Maria de 2023. Os espaços públicos são a representação da política que reforçou e consolidou a “imunidade da impunidade” no processo de redemocratização, devido a isso que é importante o seu estudo aprofundado.

Dessa forma, os “lugares de memória” relacionados à Ditadura Civil-Militar são importantes objetos analíticos, que contribuem para o debate sobre Memória em Santa Maria, especificamente a Memória marcada pelo Terrorismo de Estado e por políticas incipientes de ditadores, partes construtivas de nossa História e memória coletiva. Com isso, a partir de um processo de recuperação, a reflexão sinaliza para um olhar que aprofunda estes lugares com ressignificações das lutas por memória, verdade e justiça.

O conceito “Lugar de Memória” cunhado por Pierre Nora é transformado em relação a sua designação inicial, pois a partir da sua utilização para tratar os espaços acometidos por Ditaduras de Segurança Nacional na América Latina ele aglutinou um significado diferente do original. Justamente pelas particularidades dessas Marcas que o conceito “evoluiu” para acompanhar a realidade dos Lugares de Memória marcados pelo Terrorismo de Estado e Violações

dos Direitos Humanos. Os espaços de Santa Maria que ocorreram esses crimes durante 1964 a 1985 ainda precisam de identificação, preservação e sistematização dos dados (ANTONINI, 2017, p. 18). Para assim, podermos ressignificar e construir uma cartografia consciente desses lugares, com o fim de conhecermos cada vez mais a nossa história apagada e ignorada pela imunidade da impunidade.

Logo, a existência dos “lugares de memória” é um sinal da transformação da sociedade e do espaço, bem como expressa movimentos de memorização dos “lugares de memória”, se mostrando como frutos e, ao mesmo tempo, enfrentamentos a estes processos de apagamento do tempo presente (ANTONINI, 2017, p. 105-106). A realidade atual é marcada pelas “guerras de memória” (PEREIRA, 2015), ordenadas pela chamada pós-verdade, pelos negacionismos e pelos revisionismos históricos.

O patrimônio histórico de Santa Maria é rico e diverso, porém altamente hierarquizado pelas classes dominantes do Município, elas são utilizadas na construção de uma identidade que não reflete realmente o significado das múltiplas classes e grupos sociais vivendo na cidade. Do qual, foram os responsáveis pelo “desenvolvimento” e construção do que Santa Maria é hoje. A Rede Ferroviária, a UFSM, a Base Aérea e o Distrito Industrial não são apenas organizações ou simples órgãos públicos, são a representação de inúmeros indivíduos que fizeram e fazem parte desses órgãos que, a partir do seu trabalho, construíram a materialidade e a Memória Coletiva da cidade. Os *Slogans* classistas “cidade universitária”, “cidade cultura”, “coração do Rio Grande do Sul” não representam, verdadeiramente, o que Santa Maria tem como patrimônio histórico, pois simbolizam apenas alguns aspectos da cidade, e não o seu todo, já que escondem como ela desenvolveu-se nas últimas décadas do século XX e início do XXI.

O amparo na CNV é essencial para os embates públicos, outrossim a sua ampliação para organizações públicas e privadas, por todo o Brasil, é parte fundamental para, finalmente, termos uma democracia para todos, e não apenas para as classes dominantes.

Portanto, os “entulhos ditatoriais” são parte de nossa realidade atual, juntamente com uma conjuntura de “Guerra de Memória” fazem com que os enfrentamentos sejam complicados, mas necessários em nossa militância para não deixar com que os negacionistas, revisionistas e amantes de um passado ditatorial “vençam essa guerra” pelo futuro. É parte fundamental desse trabalho construir um aporte teórico inicial para ser uma “arma” nessa “guerra”, a relevância em explorar esse campo em formação enorme, para podermos, realmente, fomentar a dimensão pedagógica e assim, criarmos as ferramentas para uma educação consciente e crítica para todos.

Além disso, é importante destacar que é apenas os primeiros passos dessa pesquisa sobre os espaços públicos de memória em Santa Maria, pois as fontes utilizadas foram apenas analisadas de forma incipientes, elas possuem muito mais informações a serem estudadas para a construção de projetos futuros refletindo esses sujeitos e os respectivos espaços, dos quais foram homenageados com seus nomes. Além de outras fontes documentais, de História Oral ou diversas outras fontes a serem contempladas na produção da pesquisa das humanidades.

Outras pesquisas com outros enfoques e direcionados para outros períodos da história de Santa Maria como temáticas do Lugares de Memória e a reflexão do legado exposto da Ditadura Civil-Militar também são necessários, visto que poucos trabalhos sobre essa temática foram realizados. Outros enfoques e direcionamentos são necessários e essenciais para a construção de um campo de estudo sobre essas temáticas cada vez mais rico e detalhado de trabalhos, não só da historiografia, mas das demais ciências humanas também.

Por fim, reiteramos, assim como Padrós: Ni olvido ni perdón. Justicia! Assim de simples. (2012, p. 83). E seguem os combates pela História!

REFERÊNCIAS

- ANTONINI, Anaclara Volpi. **Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana. São Paulo, 2017. 126 f.
- ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 1976.
- ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 1981.
- ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 1985.
- ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 1987.
- ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 1992.
- ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 2003.
- ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 2010.
- ARQUIVO da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Projeto Lei. Ano Legislativo de 2018.
- BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.) **Que história pública queremos?** Belo Horizonte: Letra e Voz, 2018, p.195-203.
- BERNI, Antonio Augusto D. O Golpe Civil-Militar de 1964 em Santa Maria/RS: divisão de forças e sustentação política. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 5, n. 10, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10537>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. Urbanização e ocupações na formação da periferia de Santa Maria na segunda metade do século XX. In: RIBEIRO, José Iran Ribeiro; WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs.). **Nova história de Santa Maria**: outras contribuições recentes. Vol. 1. 1 ed. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2012, p. 75-94.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e historiografia das cidades, um percurso. In: Marcos Cezar de Freitas (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 237-258.

CATELA, Ludmila da Silva. No Habrá Flores en la Tumba del Pasado. **La Experiencia de Reconstrucción del Mundo de los Familiares de Desaparecidos**. La Plata: Ediciones Al Margen. 2001.

CASTELLS, M. **Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVA, Diego Omar da (Eds). **À sombra das ditaduras**: (Brasil e América Latina). Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

CONNERTON, Paul. **How societies remember**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

DIAS, Reginaldo Benedito. Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. **Patrimônio e Memória** (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 155-181, 2012.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. A transição no Brasil como redefinição do Estado autoritário. In: DOCKHORN, Gilvan Odival Veiga; NUNES, João Paulo Avelãs; KONRAD, Diorge Alceno (Orgs.). **Brasil e Portugal**: ditaduras e transições para a democracia. Coimbra/Santa Maria, RS: Editora da Universidade de Coimbra/Editora da UFSM, 2020, p. 11-45.

FICHEIRO SVG, de 716 × 691 píxeis, tamanho: 794 kb. Fonte: Wikipedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:RioGrandedoSul_Municip_SantaMaria.svg&oldid=458707175. Acesso: 04 dez. 2023.

FLÔRES, João Rodolpho do Amaral. **Trens na memória: num longo tempo, entre trajetórias público-privadas, fatos da História Ferroviária Brasileira e Sul-Rio-Grandense**. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2017.

GOMES, Fábio Cantizani. Direito à memória e à verdade e a alteração de nomes de logradouros públicos que homenageiam representantes da ditadura militar. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca** (Franca), v. 12, n. 1, p. 89-116, 2017.

GONÇALVES, Janice. Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultura. **Historiæ**, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 27-46, jan./2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3260>. Acesso em: 28 ago. 2023.

KELLER, Tatiana; LEÃO, Rosaura Maria Albuquerque. Toponímia, história e memória: nomes das ruas do bairro Centro da cidade de Santa Maria/RS. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 10, n. 3, e1906, p. 1-24, set.- dez./2020. DOI: 10.22168/2237-6321- 31906.

KONRAD, Diorge Alceno. Seqüelas de Santa Maria: memória do apoio e da resistência ao Golpe de 1964. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre - RS: CORAG/Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006.

KONRAD, Diorge Alceno. Resistência e “distensão”: a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1979). In: DOCKHORN, Gilvan Odival Veiga; NUNES, João Paulo Avelãs; KONRAD, Diorge Alceno (Orgs.). **Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia**. Coimbra/Santa Maria, RS: Editora da Universidade de Coimbra/Editora da UFSM, 2020, p. 169-178.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. Ditadura Civil-Militar e Historiografia: repressão e resistência. In. PADRÓS. Enrique Serra

(Org.). **Cone Sul em tempos de Ditadura**. Reflexões e debates sobre e História Recente. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013, p. 49 a 81.

LEFEBVRE, Henry. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos. 2006

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana, espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999b.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Bruna, **O Distrito Industrial de Santa Maria-RS: instalação e novas perspectivas**. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

LIMA, Bruna. **Fronteiras entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria [Tese de Doutorado], 2019.

LIMA, Bruna. Perspectivas sobre o espaço Industrial santa-mariense durante a década de 1970, a partir da análise de dois casos: a Fábrica Cyrilla e o Distrito Industrial. In: ANDRADE, Gustavo Figueira; PIASSINI, Carlos Eduardo; PADOIN, Maria Medianeira. (Orgs.). **História de Santa Maria - Novos Olhares**. Porto Alegre: Casaletas, 2022, p. 302-315.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. **Movimento Estudantil E Ditadura Civil-militar Em Santa Maria (1964-1968)**. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. **A Direita Estudantil Universitária No Rio Grande Do Sul: Entre a Democracia E a Ditadura (1961-1968)**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos [Tese de Doutorado], 2017.

“LIMITES a Chávez”. Editorial da Folha de S. Paulo. 17 de fev 2009. Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso: 05 dez 2023.

MACHADO, Márcia Kaipers. A atuação histórica e geopolítica das Forças Armadas em Santa Maria. In: RIBEIRO, José Iran Ribeiro; WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs.). **Nova história de Santa Maria**: outras contribuições recentes. Vol. 2. 1 ed. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2012.

MAIA, Tatyana do Amaral; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). **Anistia: um passado presente?** Porto Alegre. Ed. da PUC-RS, 2020.

MAC GINTY, Leoniza. **Nossas ruas... nossa História**. Santa Maria: Palotti, 2004.

MELO, Damian Bezerra de. “**Ditadura ‘Civil Militar’?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**”. Espaço Plural, ano XIII, n. 27, UNIOESTE, 2012.

MELLO, Luís Fernando da Silva; SILVA, Manuela Ilha. Patrimonialização para além dos limites do Centro de Santa Maria - uma discussão sobre valores e sentidos atribuídos. In: ANDRADE, Gustavo Figueira; PIASSINI, Carlos Eduardo; PADOIN, Maria Medianeira (Orgs.). **História de Santa Maria - Novos Olhares**. Porto Alegre: Casaletas, 2022, p. 388-403.

MEERENSEN, S. CATELA, Ludmila da Silva. **No Habrá Flores en la Tumba del Pasado. La Experiencia de Reconstrucción del Mundo de los Familiares de Desaparecidos**. La Plata: Ediciones Al Mar, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 14 ago. 2023.

PADOIN, Maria Medianeira. A Viação Férrea e o desenvolvimento do comércio e da indústria de Santa Maria. In: Beatriz Teixeira Weber; José Iran Ribeiro. (Org.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. 1ed. Santa Maria: Câmara de Vereadores de Santa Maria, 2010, v. 1, p. 321-334.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História & Luta de Classes**, v. 4, p. 43-49, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. Ditadura brasileira: verdade, memória... e justiça? **Historiae** (Rio Grande do Sul), n. 3, p. 65-84, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. Ditadura brasileira: reflexões e polêmicas no cinquentenário do golpe de Estado (em perspectiva conesulense). In: DOCKHORN, Gilvan Odival Veiga; NUNES, João Paulo Avelãs; KONRAD, Diorge Alceno (Orgs.). **Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia**. Coimbra/Santa Maria, RS: Editora da Universidade de Coimbra/Editora da UFSM, 2020, p. 59-91.

PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. “Gente de menos – Nos caminhos da Abertura no Brasil (1974-1985)”. In. PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albuquerque; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória**. Vol. 4. O fim da Ditadura e o processo de redemocratização, p. 35-45.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia** (Belo Horizonte), v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015.

PINHEIRO, Alessandra do Carmo. **Levantamento e análise do processo de ocupação irregular do solo urbano nos últimos 30 anos (1970-2000) em Santa Maria-RS**. Monografia. Trabalho conclusão de Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, mar. de 2002.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Estudos Históricos, São Paulo: Ed. Revista de Tribunais. 1983/3.

RESENDE, Pâmela de Almeida. Da abertura lenta, gradual e segura à anistia ampla, geral e irrestrita: a lógica do dissenso na transição para a democracia. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 2, p. 36-46, 29 abr. 2015.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro 4. O tempo da Ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX, p. 243 a 282.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia** (Belo Horizonte), v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015.

SOARES, André Luis Ramos. Santa Maria tem patrimônio? Discussões a respeito do poder e da memória na cidade. In: RIBEIRO, José Iran Ribeiro; WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs.). **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**. Vol. 1. 1 ed. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2010.

TORRES, Thiago Alves. **A atuação de Dom José Ivo Lorscheiter durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985)**. Itapiranga: Schreiben, 2023.

VIERO, Lia Margot Dornelles; FIGUEIREDO, Vilma Dominga Monfardini. O perfil demográfico e a distribuição espacial da população do município de Santa Maria (RS). In: RIBEIRO; José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs.). **Nova história de Santa Maria: outras contribuições recentes**. Vol. 2. Santa Maria. Câmara Municipal de Vereadores, 2012, p. 119-139.

Bibliografia Consultada

ALMEIDA, Amanda Luiza Freire; DIAS DA SILVA, Edjane Esmerina. Lugares de memória e a nomeação do patrimônio público com nomes de pessoas em Campina Grande – PB/Brasil. **REUNIR - Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 8, n. 2, p.

47-56, 2018. DOI: 10.18696/reunir.v8i2.825. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/825>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ALMEIDA, Rafael Antunes. “Verdades afiliativas”: Ignas Kalpokas e a sua teoria da pós-verdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 36 (106), 2021. DOI: 10.1590/3610616/2021.

AZARYAHU, Maoz. The power of commemorative street names. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 14, n. 3, p. 311-330, 1996.

BERNI, Antonio Augusto D. Fim do pragmatismo: as relações entre Estado e os ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964 a 1968). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense. 1990, p. 149-168.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 2, Nov. 2004.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

CARMO, Anderson Braga do. De Domingos Jorge Velho a Zumbi dos Palmares: uma análise semântico-enunciativa da nomeação e da renomeação de uma rua. **Letrônica** [S. l.], v. 9, n. 1, p. 65–77, 2016. DOI: 10.15448/1984-4301.2016.1.21735. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/21735>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CASTRO, Maria Célia Dias de; PIOVESAN, Marta Helena Facco. Representação identitária, de memória e de retomada da história: topônimos de logradouros públicos da cidade de Balsas-MA. **Onomástica desde América Latina**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 32–53, 2021. DOI: 10.48075/odal.v0i0.27324. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/27324>. Acesso em: 14 nov. 2023.

FRANÇA, João Paulo. As ruas no processo de disputa da memória coletiva: a nomeação e renomeação dos logradouros públicos no século XXI e suas implicações históricas e cotidianas. **Revista Crítica Histórica**, 10(19), 230–253. <https://doi.org/10.28998/rchv10n09.2019.0013>. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/6812>. Acesso em: 08 dez. 2023.

LAMEIRA, Rafael Fantinel; PADRÓS, Enrique Serra. “1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão”. In. PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albuquerque; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória**. Vol. 1. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964, Porto Alegre: ALERGS/CORAG, 2009, p. 33-50.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; FORTES, Rafael. “**Brasil-grande, estádios gigantesco**”: toponímia dos estádios públicos da ditadura civil-militar brasileira e os discursos de reconciliação, 1964-1985. **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 1, p. 166-183, 2021.

RUPPENTHAL, Daniel SEIDEL. Nomeação de escolas como homenagem à história local do município paranaense de Marechal Cândido Rondon. **Onomástica Desde América Latina**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 153–176, 2020. DOI: 10.48075/odal.v0i0.25692. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/25692>. Acesso em: 14 nov. 2023.